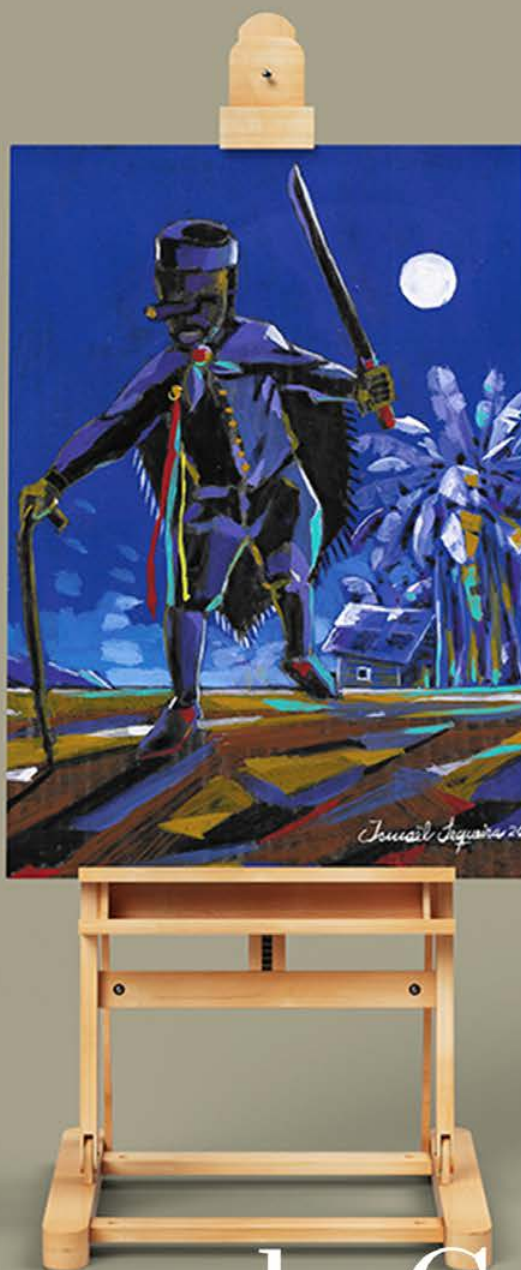


DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Obras de Capa Ismael Sequeira

Casa de Portugal – André de Gouveia - Paris

Inauguração dia 5 de julho

p/ 06 e 07.

Comitiva da AILD reúne com membros do Governo
Terror e Morte em Myanmar

p/ 12.

Grande Entrevista, Ana Paixão, diretora da Casa de Portugal – André de Gouveia
na Cidade Universitária de Paris

p/ 28.

Migrações. Mobilidade global e atração de talento.
Por Gilda Pereira

N E S T A E D I Ç ã O

p/ 36.

Bayingyis, os lusodescendentes de Myanmar
Por Joaquim Magalhães de Castro

p/ 40.

Artes e Artistas Lusos. João Costa Ferreira
Por Terry Costa

p/ 46.

Greenwashing, ou a arte de bem enganar
Por Vítor Afonso

Obra de capa

Título: Maestro

Dimensões: 49 x 33

Técnica: Mista sobre drop paper

Descrição da obra:

(...) Com descaso pelo Tempo e em anónimo Espaço, Sónia Aniceto oferece-nos uma figuração mitigada, mas preciosa, de rosto indefinido de mulher e de duas mãos nervosas. Pressente-se uma deslocação sem fíto, um cinetismo adivinhado em paisagem que tanto pode ser – o “pode ser” é infinito! – de montanhas nevadas como de profundezas magmâmicas, com laivos de purgatórios penalizantes da condição feminina:

*Ó Mulher! Como és fraca e como és forte!
Como sabes ser doce e desgraçada!
Como sabes fingir quando em teu peito
A tua alma se estorce amargurada!*

Há uma tensão ínsita no papel que não lhe advém apenas da grafite, do lápis de cor e do óleo. O fio de algodão, cosido, materializa mais essa impressão de inquietação, que as rugas e quebras do próprio suporte amplificam. (...).

Texto de: Joaquim Pinto da Silva

Sónia Aniceto

obrasdecapa@obrasdecapa.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Cristina Passas, Diana Correia, Fátima Pinheiro, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sílvia Faria de Bastos, Tiago Robalo, Vítor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E : publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios

nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo** ERC 127522 | **Edição** 19, julho 2022 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Maestro, a magnífica obra que Sónia Aniceto nos presenteia neste mês de julho e nos inspira a nós mulheres, é emoldurada por um canto cintilante de Joaquim Pinto da Silva. Não perca, o olhar e a leitura. A AILD continua o seu percurso associativo diferenciador, que esperamos as maiores instâncias revejam na sua ação, o mérito e a competência. José Governo fala-nos desse encontro. Já o seu presidente vem relembrar a campanha iniciada no mês passado nas redes sociais e nos media (os que não fizeram ouvidos moucos), sobre o genocídio de lusodescendentes em Myanmar. O professor e investigador Luís Pinto de Sousa conta-nos os seus regressos a Portugal e a sua integração num país que continua com “níveis de exclusão social e pobreza dos mais altos da Europa”. A Entrevista deste mês foi realizada em... Paris. Começamos por agradecer ao Nuno Gomes Garcia que conduziu a entrevista e só temos a agradecer a disponibilidade e simpatia da nossa entrevistada, Ana Paixão, diretora da Casa de Portugal – André de Gouveia. Se não ler, vai-se arrepender, garanto. O Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas Flávio Martins, vem denunciar uma situação gravíssima, que se passa neste momento com os trabalhadores dos Postos Consulares no Brasil cujos salários congelados levam à perda da sua digni-

dade humana e ao desespero das suas famílias. Um Órgão de Comunicação com mais de meio século é obra – Parabéns e longa vida ao Portuguese Times. Joaquim Magalhães de Castro, o investigador que alertou desde a primeira hora para o terror em Myanmar, vem explicar-nos a origem da lusodescendencia dos Bayingyis. Descubra a arte e o artista João Costa Ferreira, pianista e investigador. Já ouviu falar de greenwashing? Vítor Afonso explica-lhe tudo sobre esta literal, lavagem verde. Ana Paula Tavares, glorifica o nosso espaço dedicado à poesia. Quem não quer ser feliz? Se quiser mesmo ser, medite nas palavras de Pi Valadares e encontre o seu caminho. A lente de Angelo Sartori leva-nos a momentos fotográficos únicos, que se revelam muito para além do retrato. São fotos vivas! Terminamos a nossa viagem a Matosinhos e levantamos voo com destino à ilha Maurícia, sempre bem acompanhados pelo João Costa. Os erros das legendas são vistas desta feita na perspetiva dos fatores de perceção da qualidade. Voltamos a falar de criptomoedas e da necessidade das empresas pararem de viajar em aventuras ao colocarem os seus quadros em funções inadequadas. Seja na praia ou no campo aproveite da melhor forma o seu telemóvel e percorra a Descendências de uma ponta à outra. Até agosto!



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

A I L D

Comitiva da AILD reúne com Membros do Governo

No passado dia 1 de junho, uma comitiva de cinco membros da AILD - Associação Internacional dos Lusodescendentes foi recebida no Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Paulo Cafôfo e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Francisco André. Foi uma reunião de trabalho muito produtiva, pois, além dos cumprimentos a estes membros do Governo, foi possível apresentar a AILD, assim bem como vários projetos e desafios em curso. Ficou já em cima da mesa a disponibilidade de estabelecer parcerias, sobretudo, quando estão em causa objetivos comuns, nomeadamente, a promoção da língua e da cultura portuguesa além-fronteiras, mas também, o reforço de medidas ações e desafios junto das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. O projeto da internacionalização da AILD através da



abertura de delegações foi um dos temas de destaque e que mereceu especial atenção por parte destes membros do Governo, tendo em conta as 17 delegações previstas para abrir entre 2022 e 2023, a juntar às duas já criadas (França e Reino Unido).

Ambos os Secretários de Estado reconheceram a importância e o papel das associações por todo o trabalho que desenvolvem junto das comunidades e que assumem um papel complementar à ação do estado.

Foi discutido o diploma que regula os apoios às associações das comunidades portuguesas, estando em revisão, tendo em conta a necessidade de alguns ajustamentos, nomeadamente,

o enquadramento das associações que fazem trabalho junto das comunidades portuguesas, mas que têm sede em Portugal.

Foi uma reunião/conversa muito agradável, cujos projetos futuros e trabalho já desenvolvido não só despertou atenção, como motivou o interesse em ajudar e colaborar na prossecução dos nossos objetivos.

Este encontro motivou e proporcionou já um conjunto de diligências e contactos, por forma a agilizar e materializar os nossos projetos de ação, que começam a ter cada vez mais dimensão, alargados aos vários países do mundo, através das nossas delegações.

Este encontro foi ainda a oportunidade para que estes elementos da AILD pudessem presencialmente reunir e fazer não só um balanço desta reunião no Ministério dos Negócios Estrangeiros, como discutir assuntos internos da AILD no que se refere a projetos e ações em curso.

A AILD tem vindo a denunciar a perseguição em curso de milhares de lusodescendentes católicos (bayingyis) em Myanmar (antiga Birmânia), que se tem traduzido em destruição generalizada, mortes e refugiados.

O nosso diretor geral da Ásia Pacífico, o investigador Joaquim Magalhães de Castro, conhece bem as aldeias onde vivem há quase 450 anos esses descendentes de aventureiros portugueses de antanho.

Desde a década de 1990, Magalhães de Castro tem divulgado a existência dos bayingyis juntos dos mais diversos media, através de mostras fotográficas, livros e até um documentário.

Infelizmente, nunca foi prestada grande atenção a este tema, por quem de direito, e o habitual alheamento sobreveio. Só em Janeiro de 2020 este povo voltou a ser notícia, desta feita por intermédio da National Geographic.

Os bayingyis constituem a mais antiga comunidade católica de Myanmar e perfazem pouco mais de meio milhão de pessoas num país predominantemente budista.

Ainda hoje os bayingyis evidenciam traços ocidentais característicos: olhos castanho-claros, verdes ou até azuis, a pele mais clara, narizes proeminentes e os corpos mais peludos do que o comum birmanês.

| AILD

Terror e morte em Myanmar

Assumem orgulhosamente a sua ascendência lusitana e mantêm algumas tradições portuguesas, como é o caso do fabrico artesanal de enchidos e de doces.

Até 1970 o Governo local não reconhecia, de facto, os bayingyis como parte da população birmanesa, sendo considerados uma espécie de estrangeiros devido às suas características fisionómicas.

Desde dezembro do ano passado os esbirros da Junta Militar de Myanmar têm vindo a atacar as diversas aldeias bayingyis, afetando a vida de “várias dezenas de milhares de pessoas”. Numa altura em que se agudiza a perseguição que lhes é movida pelos mili-

tares, à comunidade bayingyi nada mais resta do que aguardar que o país dos seus antepassados venha em seu socorro. Apelamos a todos aqueles com capacidade para influenciar entidades públicas, nacionais e internacionais, a desenvolver acções para que esta tentativa de genocídio étnico-cultural seja travado o quanto antes. Portugal tem permanecido na memória colectiva dos bayingyis como um país quase mítico, terra dos seus antepassados, e Portugal tem agora a oportunidade de se afirmar como uma entidade presente, mais próxima. Essa é a sua obrigação histórica.



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

A I L D

Luís Pinto de Sousa

Idade: 49

País de nascimento:

Moçambique

Cidade onde reside:

Lisboa



Doutorado em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, regressou a Portugal pela primeira vez com 3 anos

Quais as motivações desse regresso a Portugal?

Ao longo da minha vida, foram múltiplos os “regressos” a Portugal. O primeiro, foi mais uma vinda do que um “regresso” e mais por necessidade, do que por escolha.

Como a maioria dos Portugueses oriundos das ex-colónias, fizemos um reset das nossas vidas. Depois de uma breve passagem pela Mêda e Santa Maria da Feira, fomos viver para o nordeste transmontano. Cresci em Mirandela, num bairro social, o “Fomento” como lhe chamávamos, ou o



“Vietname” como nos designavam. Havia um grande espírito de entreatura no bairro resultante de um mínimo denominador comum: retornados, deslocalizados e remediados, estávamos todos no mesmo barco, à procura de uma vida melhor. E, de um modo geral, a vida melhorou para todos.

Quando surgiu o interesse pela política?

Desde muito cedo, interessei-me por política e pelo estudo da política. Então, a ciência política e as relações internacionais em particular, encontravam-se pouco desenvolvidas em Portugal. Em 1991, decidi sair de Portugal rumo à Escócia para prosseguir os meus estudos nessa área. Graças ao esforço dos meus pais e ao apoio financeiro que obtive do departamento de educação escocês, conclui uma licenciatura em estudos políticos na

Universidade de Aberdeen. A formação universitária na Escócia, casa do liberalismo social, foi marcante para a minha identidade cívica e política. No campo das relações internacionais, fui influenciado pelos trabalhos de E. H. Carr, Martin Wight, Hedley Bull, Karl Deutsch, Kalevi (Kal) Holsti; no pensamento político, por John Locke, John Stuart Mill, John Rawls; no campo da política comparada por David Easton, Giovanni Sartori, Vincent Wright, Hans Daalder, Peter Mair entre outros. Depois de uma breve passagem pela Universidade de Cambridge, decidi candidatar-me a um doutoramento em ciência política no Instituto Universitário Europeu (IUE) de Florença. Foi uma experiência única e enriquecedora a todos os níveis. O caráter cosmopolita e progressista desta instituição e a convivência com uma academia de pensamento livre e crítico, primeiro desenraizou-me e libertou-me de todas as certezas, de-



pois despertou em mim um sentido de missão e uma perspectiva crítica da ciência política. A ciência política não podia ser meramente descritiva ou contemplativa, mas deveria procurar compreender os problemas e desafios societários, através da combinação de diferentes saberes disciplinares e metodologias científicas e da análise de dados, para que possamos informar boas decisões. Concluí o doutoramento em 2002, com uma tese sobre políticas de controlo da corrupção na esfera política. Seria difícil identificar um autor em particular que tenha sido mais influente neste percurso de formação, mas posso citar alguns, sob pena de excluir tantos outros: Charles Merriem, Seymour M. Lipset, Harold Lasswell, Pitirim Sorokin, Arnold J. Heidenheimer, Donatella della Porta, Yves Mény (o meu orientador e antigo presidente do IUE).

O regresso a Portugal em 2002 não foi programado. Surgiu uma oportunidade de trabalho numa universidade portuguesa logo após ter concluído o doutoramento. Porém, ao fim de 11 anos no estrangeiro, estava ansioso por regressar e poder contribuir para o desenvolvimento da ciência política e para a formação de novas gerações de investigadores em Portugal.

Quais os principais marcos nessa carreira pela política?

Em 2004, face à instabilidade política e à incerteza em torno dos programas de financiamento da investigação e da re-

novação do meu contrato, procurei alternativas de emprego fora do país. Ganhei uma bolsa de investigação na Australian National University e parti para Canberra. Entretanto, venceu o meu primeiro projecto de investigação com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e decidi “regressar” (novamente) a Portugal.

Coordenei o primeiro grande estudo às percepções sobre ética e corrupção em democracia dos portugueses e ajudei a fundar a Transparência e Integridade, representação portuguesa da ONG Transparency International dedicada ao combate à corrupção. No seguimento de várias publicações neste domínio, tornei-me consultor internacional ao serviço da OCDE, da Comissão Europeia e do Conselho da Europa.

Quais os atuais projetos em Portugal?

Fui docente na Universidade de Aveiro e sou atualmente investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. De momento coordeno dois projectos de investigação: um sobre as atitudes dos portugueses face à corrupção em contextos de austeridade e o seu impacto na legitimação democrática, com financiamento da FCT; e outro sobre autorregulação ética na política, financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Dedico-me a estes temas há mais de 24 anos, o tempo de uma



geração. Penso que serão os últimos projetos que irei desenvolver neste domínio. Ajudei a colocar o tema da corrupção no mapa da investigação em Portugal, a formar uma nova geração de investigadores neste domínio e a consciencializar a opinião pública para o problema. Procurei contribuir para um debate informado sobre os riscos e as formas de os mitigar por referência às melhores práticas internacionais, mesmo que esse tenha tido mais repercussão no estrangeiro do que no meu próprio país.

Que expectativas tem relativas a Portugal?

O atual contexto de pandemia recordou-nos a fragilidade e a efemeridade da vida e a necessidade de atuarmos coletivamente. Independentemente das nossas expectativas e da forma organizada como conduzimos as nossas vidas, o poder imprevisível da natureza reduz à insignificância qualquer noção de agência. Só somos donos do nosso destino se tivermos lideranças que inspirem e que pensem e atuem em função do coletivo. Gostaria de ver um compromisso político mais sério e duradouro em relação ao ambiente e no que diz respeito à qualidade dos processos e ao funcionamento das instituições democráticas e do Estado de Direito.

Quais as dificuldades sentidas no regresso?

Os múltiplos regressos a Portugal tiveram sempre algumas surpresas. Umas boas, outras menos boas. Como já referi, regresssei em 2002 e fui muito bem acolhido pelos colegas. De um modo geral, a academia portuguesa e as ciências sociais em particular, são bastante internacionalizadas. A integração na minha área profissional não foi difícil, pese embora a falta de estabilidade no financiamento à investigação e a excessiva burocratização.

Talvez o que custou mais, foi o facto de ter encontrado muitos dos problemas que no passado foram a razão de querer “ir-me embora, sem ter que me ir embora”, parafraseando José Mário Branco: a frequente relativização de condutas impróprias, tanto no setor público como no privado; o recrudescimento de paroquialismos e preconceitos; e uma modernidade de fachada, que se pavoneia à janela acenando o lenço aos certames internacionais de tecnologia e aos spin doctors da nova economia, mas que convive em casa com uma sociedade com níveis de pobreza e exclusão social dos mais altos da Europa.

DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



GRANDE ENTREVISTA

DIRETORA DA CASA DE PORTUGAL – ANDRÉ GOUVEIA

ANA PAIXÃO

Ana Paixão é desde 2010 diretora da Casa de Portugal – André de Gouveia na Cidade Universitária de Paris e também, desde 2017, representante das 42 casas que existem neste campus, onde vivem 12 mil estudantes de todas as partes do globo. Criada em 1967, a Casa de Portugal, que acolhe todos os anos cerca de 150 estudantes de mais de 40 nacionalidades diferentes, destaca-se das demais por ter uma das programações mais fortes da Cidade Universitária. Fique a conhecer um pouco melhor, nesta edição da Descendências Magazine, este campus único e o importante trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 12 anos na afirmação deste espaço como uma importante vitrina da cultura portuguesa em Paris.



© Rose Nunes

É membro do Conselho Científico do Centro de Estudos em Sociologia e Estética Musical da Universidade Nova de Lisboa, é membro fundador das Sociedades Portuguesas de Retórica e de Investigação em Música e pertence aos Conselhos científicos editoriais das revistas *Vieira e Glosas*. Foi professora de francês aplicado ao canto no Conservatório Nacional de Lisboa e desde 2010 assume a direção da Casa de Portugal - André de Gouveia. Deixando os ofícios e posições de lado, quem foi e quem é Ana Paixão?

Ao longo da vida vamos mudando em função daquilo que vamos fazendo, mas, fundamentalmente, considero-me uma investigadora, alguém que se preocupa com o meio académico, alguém que gosta, particularmente, de escrever ensaio e de tocar piano (continuo muito ligada à minha atividade em música). Considero-me, sobretudo, alguém que gosta de aprender e de descobrir o mundo. Interesso-me por descobrir, por investigar, por viajar, por ir a espetáculos, por estar atenta a tudo o que se passa à minha volta, no plano académico, social e político. Sou sobretudo uma





peessoa curiosa e que gosta de investigar, a fundo, cada uma das áreas a que se dedica. Procuro sempre conhecer mais. É esse o meu objetivo de vida.

É doutorada em Literatura Comparada e diplomada em piano pelo Conservatório de Castelo Branco. E foi nesta condição que lançou, em 2021, a obra “Rhétorique Littéraire et Musicale – Les Traités portugais (XVIIe-XIXe siècles), que pretende descobrir a maneira como a Literatura e a Música se tornaram “artes cúmplices”. Podemos afirmar que a arte sempre fez parte do seu ADN?

Sim. Aos quatro anos tive vontade de aprender piano e sempre me agradou imenso tudo o que tenha a ver com música. A literatura veio um pouco mais tarde, até porque aos quatro anos ainda não sabia ler. Veio impulsionada pela minha mãe, professora de Literatura, mas também pelos professores que tive. A minha passagem pelo conservatório permitiu-me a descoberta de muitas áreas artísticas. Não me trouxe só a música, trouxe-me a dança (fiz dança clássica até aos 24 anos), e, paralelamente, proporcionou-me uma ligação interartística, fundamental. A ligação com as artes plásticas, com a questão estética em geral, com os grandes movimentos estéticos foi essencial. Para além disso, tive a grande sorte de ter professores, muito, muito bons no Conservatório de Castelo Branco.

Foi uma formação que começou muito cedo e que foi sendo acompanhada ao longo dos anos por uma curiosidade muito grande de descobrir esta articulação entre artes e até com o mundo que nos rodeia.

Hoje, a Ana Paixão, é um dos principais rostos da Cidade Universitária Internacional de Paris, que conheceu com apenas 12 anos, quando acompanhou a sua mãe, professora de Francês, num estágio linguístico. Podemos afirmar que foi aí que começou, ainda que cedo, a sua ligação à Cidade Universitária?

À Cidade Universitária não diria, mas a Paris sim. Aos 12 anos ao ter descoberto a cidade fiquei com

imensa vontade de a conhecer e disse à minha mãe que era a cidade onde gostaria de morar. Apesar de ter conhecido o espaço da Cidade Universitária nessa altura, só a redescobri em 2010. Portanto, houve aqui um hiato de muitos, muitos anos em que não tive qualquer ligação com a Cidade Universitária.

Quando regressou a França para começar a dar aulas de português e língua portuguesa na Universidade Paris III, no início dos anos 2000, tentou voltar à Cidade Universitária para viver, mas viu a sua candidatura recusada. Por força do destino e de muito trabalho, anos mais tarde, assumiu a direção da Casa de Portugal – André Gouveia, uma das 42 casas que fazem hoje parte do campus da Cidade Universitária Internacional de Paris. Decorridos 12 anos, que balanço faz desta experiência?

Tem sido uma viagem, absolutamente, extraordinária. Quando cheguei era professora universitária e não tinha, propriamente, experiência de gestão. De repente, deparei-me com alguns desafios, como fazer a programação cultural, o que parecia um desafio perfeitamente aceitável, tendo em conta a minha formação, o meu percurso e a minha experiência. No entanto, mais tarde dei-me conta de que era preciso fazer a gestão financeira, fazer a gestão das admissões dos residentes, fazer toda a parte de gestão administrativa, (que não tem a ver só com a própria casa, mas também com a ligação com as outras casas), fazer também um pouco relações internacionais dentro do campus e fazer relações externas relativamente ao campus. Tudo isto, acabou por me levar à descoberta do mundo do mecenato para conseguir apoios, para conseguirmos renovar os nossos espaços, entre muitas outras coisas. Posso dizer que para mim foi, e aliás continua a ser, um trajeto extraordinário. Todos os dias aprendo. Para além disso, espero que a minha passagem por aqui esteja a ser também mais-valia para a casa e que tenha contribuído para que esta se afirme um polo da cultura portuguesa.



© Rose Nunes

A Casa de Portugal – André Gouveia distingue-se como uma vitrina da cultura portuguesa e por ter uma das programações mais fortes da Cidade Universitária. Tem sido esta programação diversificada e completa, com atividades nas áreas da música, dança, teatro e cinema, uma das principais apostas da Casa de Portugal – André Gouveia?

Sim, a diversidade e a inclusão. Tentamos sempre cobrir áreas totalmente diferentes e incluir públicos totalmente diferentes. A ideia é fazer uma ligação entre os estudantes que estão aqui, a comunidade francesa em geral, a comunidade portuguesa aqui residente e a comunidade internacional. Queremos criar pontes, tendo sempre como eixo principal a língua portuguesa, as manifestações ligadas à língua portuguesa e às culturas lusófonas. Procuramos manter essa “coluna vertebral”, mas incluir também toda a sua diversidade, criando uma programação bastante eclética para cobrir o máximo de áreas.

Quais as principais iniciativas desenvolvidas pela Casa de Portugal – André Gouveia ao longo do ano?

Temos vindo a desenvolver uma programação muito coerente e que, desde 2010, tem vindo sempre a aumentar, a amplificar-se. Este ano temos a Temporada França-Portugal e, por isso, acabamos por ter um ano com muita visibilidade. No entanto, diria que programação deste ano, não é diferente da que tivemos em 2019. O ano de 2022 vem na sequência de 2019, obviamente com as experiências que acumulamos durante a pandemia que nos trouxeram outros meios de expressão e de comunicação. Apesar dessa adaptação, diria que as linhas de programação não mudaram desde 2019, e que, acima de tudo. Diria sim que, Temporada França-Portugal veio dar outra projeção.

Todos os anos, a Casa de Portugal realiza cerca de uma centena de eventos, concebidos pela Cátedra Lindley Cintra da Universidade de Paris Nanterre e pelo Leitorado de Língua



© Rose Nunes

e Cultura Portuguesa da Universidade de Paris 8 de Camões, I.P. Todas, as atividades são realizadas em parceria com variadas instituições portuguesas, francesas e internacionais, nos âmbitos académico, associativo, autárquico e cultural. Qual a importância que estas parcerias representam para a Casa de Portugal – André Gouveia e de que forma vieram contribuir na prossecução da sua missão?

Todas estas parcerias são enriquecedoras. Além destas, que são as parcerias de base, procuramos sempre outras, sendo que o objetivo é conseguir trazer o máximo de parceiros para esta programação.

Esta rede permite-nos articular atividades com diversos parceiros e até com o mundo associativo. Em quantas mais redes estivermos, mais facilmente conseguimos criar uma programação cultural diversa e mais facilmente conseguimos também fazer com que os artistas se apresentem em vários espaços, em vários contextos. A nossa intenção não é só de ter uma programação, mas também de contribuir

para a visibilidade de Portugal em França. Durante muito tempo, trabalhamos para uma atualização da imagem de Portugal e a Temporada veio também contribuir para isso, para que passemos a uma outra etapa de colaboração entre Portugal e França.

A Casa de Portugal – André Gouveia foi construída nos anos 1960, por iniciativa de Azeredo Perdigão, então diretor da Fundação Calouste Gulbenkian. Pelas suas instalações já passaram milhares de estudantes, alguns deles nomes bem conhecidos dos portugueses, como o violoncelista Paulo Gaio Lima, a artista Isabel Pavão, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas ou a cientista Odette Ferreira. É caso para dizer que desde muito cedo a Casa de Portugal se revelou um espaço de acolhimento e de mostra de importantes gerações de criadores, em diferentes artes?

Sim, sem dúvida. Não só de criadores no mundo artístico, mas também de criadores de novas formas de ver o mundo.



© Rose Nunes

Apesar de ser uma casa de Portugal, é também, e acima de tudo, uma casa que abre para o internacional. Neste momento, temos 43 nacionalidades, só no edifício da Casa de Portugal, e no campus os residentes podem contactar com mais de 150 nacionalidades diferentes. Inicialmente, quando a casa foi criada, destinava-se essencialmente a acolher os bolseiros Gulbenkian e por isso há uma grande associação entre o meio artístico e esta casa. No entanto, desde 2003 a casa amplificou bastante o leque de estudantes que acolhe e, portanto, neste momento os artistas acabam por ser minoritários. Hoje, a tendência é diferente. Se outrora a

Casa de Portugal acolhia sobretudo artistas, hoje há novas especificidades e contamos com muitos estudantes em Medicina e em Engenharia.

A Casa de Portugal – André de Gouveia recebe permanentemente moradores de cerca de 40 nacionalidades diferentes, tornando-se um espaço de intercâmbio intercultural. Apesar disso, desde a sua fundação, o espírito continua a ser de uma verdadeira casa e não apenas uma residência universitária onde as pessoas vêm dormir. Viver aqui significa, acima de tudo, fazer parte de um núcleo quase familiar?



© Rose Nunes

Sempre houve a ideia de criar um espaço que fosse muito mais do que uma residência. A Casa de Portugal não é só um sítio onde os estudantes vêm dormir, é sim, fundamentalmente, um espaço feito para conviverem e conhecerem pessoas do mundo inteiro. Apesar de decorridos muitos anos desde a sua fundação, o valor central da Cidade Universitária continua a ser a “harmonia entre os povos do mundo” e essa continuará a ser sempre a nossa missão.

A Casa de Portugal – André Gouveia é, sobretudo, um polo da cultura portuguesa em Paris com celebrações de datas importantes como o 25 de Abril, concertos ou conferências. Unir o mundo académico e a comunidade portuguesa residente nem sempre é algo adquirido. Por onde tem passado a estratégia da Casa de Portugal, com vista a potenciar esta aproximação?

Essa continua a ser uma missão e, sobretudo, um desafio. Aproximar a comunidade nem sempre é fácil e a primeira estratégia de aproximação começou por aliar a programa-

ção com a coordenação do ensino, fazendo, por exemplo, com que a entrega de prémios dos alunos de portugueses da região de Paris, aconteçam aqui na casa. Desta forma, conseguimos trazer várias gerações dessa comunidade a estarem aqui presentes e mostrar que, efetivamente, a casa é um sítio acessível a todos.

Um outro eixo importante tem sido a divulgação nos media ligados a Portugal, como o LusoJornal e a Rádio ALFA, vetores muito importantes e que nos têm ajudado a fazer passar a informação. Para além disso, não podemos esquecer também o contributo da paróquia, que tem sido um importante eixo de aproximação com a comunidade.

A Ana Paixão é também desde 2017, representante das 42 casas que existem na Cidade Universitária Internacional de Paris, onde vivem pessoas de todas as nacionalidades e de todos os países do globo, como Índia, Japão, México ou Espanha. O que a levou a aceitar o enorme desafio de ser a “porta-voz” dos diretores das 42 casas, mas também dos 12 mil estudantes da Cidade Universitária Internacional de Paris?



© Rose Nunes

Acabou por ser algo bastante natural. Desde que cheguei empenhei-me tanto em todos os projetos que acabei por ser, de forma natural, alguém com quem os meus colegas contactavam sempre que tinham dúvidas sobre alguma questão. Havendo esta procura colaborativa constante, acabei por ser um pouco “empurrada” pelos meus próprios colegas a candidatar-me a este lugar. Neste momento, esta é uma função que tem outras nuances, uma vez que, estamos numa fase de desenvolvimento de uma série de documentos jurídicos sobre os estatutos da Cidade Universitária e, portanto, está a tomar uma dimensão muito mais importante do que aquilo que eu pensava ao início. Esta jornada começou por ser uma missão mais de cooperação entre casas, mas neste momento está a ser quase uma missão de estratégia relativamente àquilo que são as preocupações do campus. Por exemplo, neste momento, estamos a adaptar os nossos regulamentos e formulários de candidatura. Até agora, a qualquer aluno que se candidatasse ao campus e

fosse admitido era, automaticamente, atribuída a casa da sua nacionalidade. Neste momento, os candidatos ao próximo ano letivo têm já a possibilidade de escolherem se querem ser ou não admitidos na sua casa de origem, ou ainda se têm algum problema a assinalar relativamente à nacionalidade de origem.

Perante a nova realidade temos tido especial atenção a determinadas questões. No entanto, nem sempre é fácil encontrar uma norma que seja aplicável a todos e que resolva as questões de todos os alunos.

O facto de ser ex-aluna da Cidade Universitária Internacional de Paris e de ter tido uma formação de ensino e pesquisa, que sempre atravessou Portugal e França, e repleta de influências de outros territórios europeus, americanos ou asiáticos, tem sido fundamental para responder eficazmente a este importante desafio de gerir 42 casas de países de todo o globo?



© Rose Nunes

Sim, tem sido fundamental. Só lamento, às vezes, não ter tido mais experiências. De facto, dentro do campus sentimo-nos fora de França. Basta irmos a determinados eventos ou ter conversas com alguns estudantes para percebermos e conhecermos outras realidades. Às vezes, no final de conversas com alguns estudantes vou pesquisar mais sobre o que falamos, sobre a forma deles de ver o mundo e a vida em geral. Como dizia, este é um trabalho absolutamente fascinante, porque todos os dias há novos desafios e novas aprendizagens. Aqui, nunca há monotonia.

Coordenar tantas nacionalidades diferentes é, no mínimo, desafiante. Há, de facto, algo diferente na interação dos portugueses com outras nacionalidades?

Todos os alunos saem diferentes daqui e todos valorizam bastante esta experiência internacional. A ligação que se cria dentro do campus acaba por reforçar esta interação internacional. Tenho amigos que foram residentes aqui há 30 anos e que continuam a manter relações de amizade com pessoas de outras nacionalidades que conheceram aqui. Uma das minhas grandes amigas, que vive em Paris, continua a ter como melhor amiga uma síria, que também reside em Paris, e que conheceu na Cidade Universitária. São ligações que ficam de forma muito duradoura e, obviamente, que marcam a vida de todos os que por aqui passaram. E também isso que procuramos proporcionar. Aqui, na Casa de Portugal, de duas em duas semanas organizamos um brunch ao domingo de manhã que conta com a participação de 100 alunos que aproveitam este momento para conversar e descobrirem-se uns aos outros. As ligações criam-se assim e as oportunidades também.



© Rose Nunes

A Cidade Universitária Internacional de Paris foi imaginada por André Honnorat, ministro da Educação francês entre as duas grandes guerras, como um lugar em que estudantes de todo o mundo que acorriam a Paris travariam amizade, partilhariam culturas e construiriam a paz do futuro. Numa altura em que o mundo atravessa um dos períodos mais conturbados, provocado por uma nova guerra, projetos como a Cidade Universitária Internacional de Paris, “utópicos de paz e harmonia entre os povos” revestem-se de ainda mais importância?

Claro que sim. Há cerca de dois meses escrevemos uma carta dos valores atualizada, porque sentimos que há problemáticas que devem ser analisadas. Infelizmente, o mundo não mudou radicalmente, pelo contrário, ainda há muitos problemas que persistem – guerras, discriminação, formas de olhar para o outro. Nesta linha, procuramos fazer projetos diferentes que envolvam pessoas com visões do mundo diferentes para que se possam dar a conhecer essas realidades.

A Ana Paixão foi, ainda antes da invasão da Rússia à Ucrânia, impulsionadora do acolhimento de residentes refugiados na Cidade Universitária Internacional de Paris. Com uma nova crise humanitária, grande parte da população ucraniana tem sido obrigada a abandonar o seu país e a procurar acolhimento em países europeus, entre eles França. A Cidade Universitária Internacional de Paris está, uma vez mais, disponível para apoiar neste processo de acolhimento e integração?

Completamente. Neste momento, há, naturalmente, um grande focus na Ucrânia e aqui dentro do campus foi criado um projeto de uma casa virtual da Ucrânia. Através deste projeto, cada uma das casas do campus vai acolher 5/6 estudantes ucranianos que tenham tido o impacto direto desta guerra.

No entanto, importa referir que faz parte do nosso ADN receber pessoas que vêm do mundo inteiro. Recebemos refugiados de todo o mundo e temos até estudantes apátridas, que têm um passaporte das Nações Unidas e que não têm,



© Rose Nunes

propriamente, nenhum país de acolhimento. Fazemos isso não apenas do ponto de vista dos nossos residentes, mas também dos nossos funcionários. Temos muitos funcionários, alguns deles refugiados políticos de outros países, que encontraram aqui, por fim, um sítio estável onde trabalhar.

Desde 2016, dirige o projeto «Mulheres no mundo», que visa sensibilizar todas as mulheres residentes em França para os seus direitos neste país. Quais as iniciativas desenvolvidas neste âmbito e de que forma o projeto “Mulheres no mundo” tem contribuído para que as mulheres se sintam integradas e, sobretudo, respeitadas no seu país de acolhimento?

Quando cheguei à Cidade Universitária dei conta de que a integração era, sobretudo, difícil para as mulheres. Tinham dificuldades de integração não propriamente no campus, porque o campus é bastante eclético, mas sim no próprio meio universitário que às vezes as olhava com alguma desconfiança. Para além disso, muitas vezes, elas próprias não sabiam como se comportar entre esses mundos, entre o mundo extremamente fechado de onde muitas vezes vinham e um mundo demasiado aberto ao qual chegaram de repente.

Assim, o objetivo inicial do projeto era chamar à atenção das mulheres, mas também de toda a comunidade do campus para essas questões de integração. Neste momento, as questões relacionadas com o programa “Mulheres no



© Rose Nunes

mundo” deixaram de ser tão visíveis explícitas no exterior do campus e acontecem mais no seu interior.

Nesse sentido, temos vindo a desenvolver diversas iniciativas em parceria com outras entidades, como é exemplo o teatro da Cidade Universitária, sempre tendo por base esta temática. Um aspeto muito curioso é que ao início, em 2016, só tínhamos mulheres a participar nestas iniciativas. Hoje, a realidade já é diferente. Sentimos que, cada vez mais, os estudantes homens também se incluem nestas iniciativas e se sentem vozes ativas em defesa daquilo que são direitos das mulheres.

Considero que este programa continua a ser extremamente importante, uma vez que traz ao conhecimento das mulheres, mas também dos homens, as muitas problemáticas que continuam a existir.

Considera que o apoio à integração das mulheres na sociedade de acolhimento e defesa dos seus direitos de participação social, económica e política, ainda é uma das principais lutas?

Sim. Esta é uma luta para continuar e que não sei se alguma vez terminará. Na Cidade Universitária tivemos já uma série de formações, sobre as questões de sensibilização para as discriminações de género, e onde participaram todos os diretores, presidentes e vice-presidentes dos comités. Para além disso, existiram também formações abertas a todos os funcionários do campus, o que demonstra bem o empenho da Cidade Universitária na defesa desta luta. Lembro-me que numa das formações, a formadora que a ministrava disse que “dentro de 50 anos iria ficar sem trabalho”. Ora, isso era de facto um excelente sinal e espero, sinceramente, que no futuro esta situação já esteja bem resolvida.

O seu trabalho nas suas diversas frentes, foi reconhecido no final de 2018 quando foi agraciada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com a Ordem de Mérito. Esta distinção veio reconhecer a sua ação na promoção da língua e das culturas feitas em língua portuguesa, em França. Considera esta sua ação continuada, feita de entusiasmo e labor, um dos seus principais propósitos?

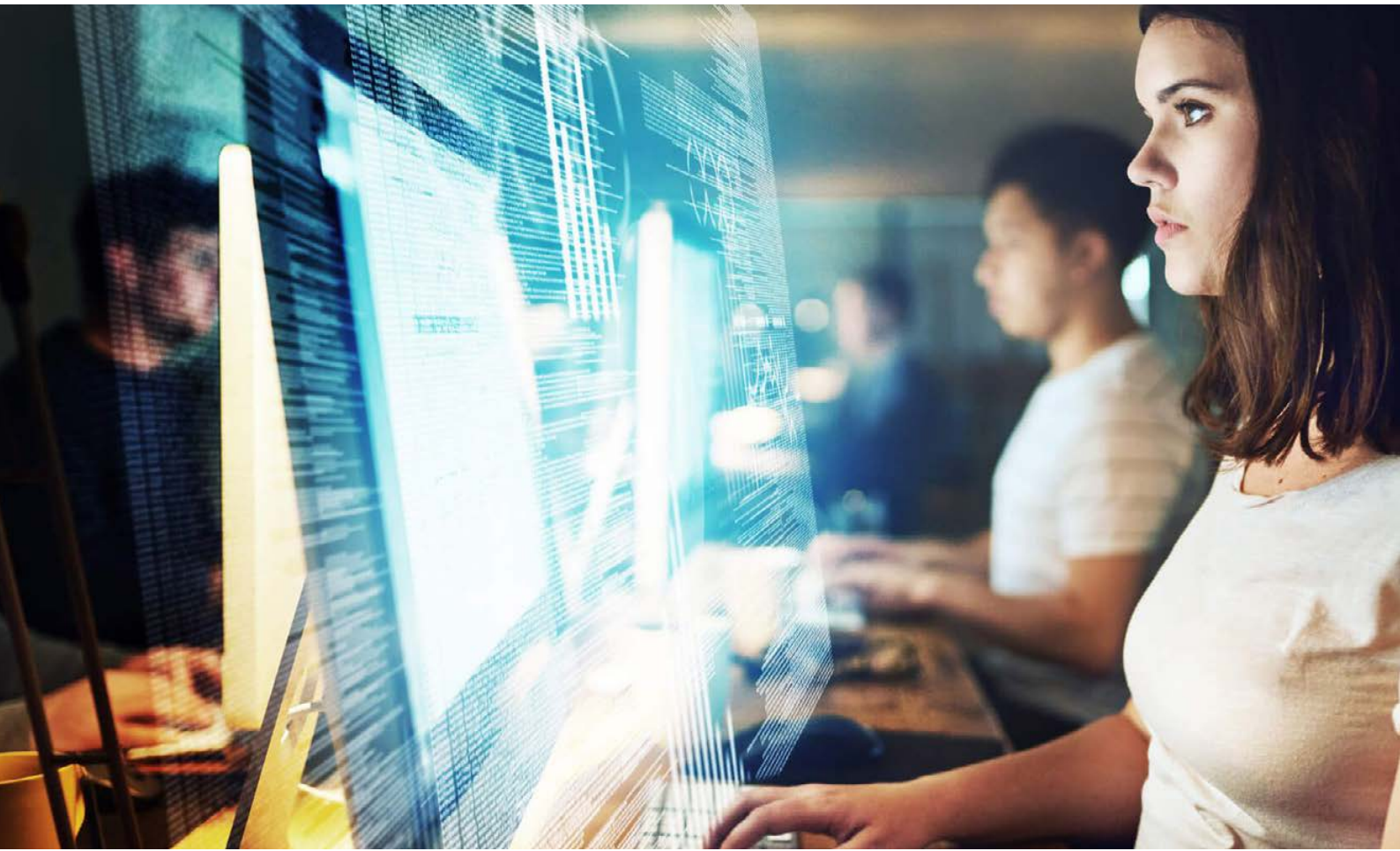


© Rose Nunes

Claro que sim. Este continua a ser um dos meus propósitos e vai continuar a sê-lo. Aliás, trabalho para o Camões I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua e, portanto, essa continua a ser a minha principal missão, paralela a todas as outras. Continua a ser esse o meu grande entusiasmo e continua a ser essa a minha principal dedicação.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os nossos leitores, em especial, aos jovens portugueses que desejam estudar em Paris e que sonham com um lugar na Cidade Universitária Internacional de Paris?

Todos os anos temos sempre cerca de 150 alunos que querem vir estudar para cá e que conseguem um lugar na Cidade Universitária. Perante isto, a principal mensagem é: venham. A Cidade Universitária é de facto não só uma porta para Paris, mas também uma porta para o mundo e para todo o tipo de experiências. Acredito que vão sair daqui pessoas diferentes, com mais curiosidade pelo outro e, sobretudo, com mais vontade de criar esta “paz e harmonia entre os povos”. Tem sido esse um dos nossos propósitos, criar pequenas sementes em todos os residentes que saem daqui, pela luta por um mundo melhor.



M I G R A Ç Õ E S

Mobilidade global e atração de talento

Como alguém que trabalha diariamente com imigração, ajudando as empresas portuguesas a trazerem legalmente os melhores talentos do estrangeiro para dar resposta às suas necessidades corporativas, acabo por refletir bastante sobre a questão da mobilidade global como forma de ter

a pessoa certa, no cargo certo, no país certo. Passo a explicar.

O ritmo vertiginoso do desenvolvimento tecnológico e a digitalização cada vez maior de todas as coisas está a criar um gap entre as oportunidades de emprego para estas áreas e o número de profissionais qualificados

para ocuparem as respetivas vagas. E isto não é apenas em Portugal. Estamos a falar de uma carência a nível mundial e, por princípio da eficiência, é necessário, por um lado, criar mecanismos de Recursos Humanos que permitam identificar quem são estes profissionais e onde os encontrar,

como também desenvolver regulamentos legais que possibilitem uma circulação mais fácil e mais veloz destes talentos, onde quer que eles sejam necessários.

Do ponto de vista legal, pode pensar-se que este tipo de lei já existe em alguns países – no caso de Portugal temos o exemplo Visto de Residência para Exercício de Atividade Profissional Altamente Qualificada – criado justamente com a ideia de ser um tipo de processo mais célere e desburocratizado, para permitir a vinda mais rápida de profissionais das Tecnologias de Informação e Comunicação para o nosso país e dar resposta aos inúmeros projetos que todos os meses vão surgindo em milhares de empresas.

Contudo o sistema carece de uma atualização que permita retomar a celeridade deste tipo de processos, não apenas em Portugal, mas em todos países em que o mercado das TI esteja em peso e

em franco desenvolvimento. Se há alguma coisa que as tecnologias trouxeram foi um sentido de urgência e pressão quase constante, mudando não só a nossa forma de fazer as coisas – seja na vida pessoal, social ou profissional – como também, sobretudo, a nossa forma de as sentir e de as pensar. Mudou com isto a nossa exigência, e projetos que antes poderia esperar-se que demorassem oito meses, agora querem-se terminados em quatro. Tendo isto em consideração torna-se imperativo a conceção de procedimentos que permitam que estes profissionais contratados além-fronteiras possam ter os seus processos migratórios concluídos com maior grau de eficiência.

E não precisamos de nos restringir às áreas das Tecnologias de Informação. Vários sectores, desde a Engenharia e da Arquitetura, passando pela Restauração e Hotelaria, até ao Marketing e Design precisam de novas políticas que

permitam esta migração global dos talentos espalhados pelo mundo, para dar resposta a projetos, inovar e trazer valor acrescentado para as empresas e para os países em que estejam inseridos.

O número de migrantes internacionais em todo o mundo continuou a crescer rapidamente nos últimos quinze anos, atingindo 342 milhões em 2018, ante 244 milhões em 2015 e 222 milhões em 2010. (Relatório de Migração da ONU 2018).

Vivemos numa era de mobilidade humana sem precedentes e isto exige novas abordagens por partes dos governos no que concerne às políticas de migração e de empreendedorismo internacional. Pascal terá dito que “o grande erro que podemos cometer uns com os outros, é excluir”. Unamos então os talentos do mundo para benefício de todo o globo, começando por pensar mais em Mundo e menos em Nação.



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória

| CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Não há mais tempo



No exercício da função de Presidente do Conselho Permanente do CCP costumo não tratar de questões locais, pois este órgão de aconselhamento deve tratar de temas globais, em que pese haver exemplos locais aplicáveis a problemas gerais.

Desta vez, contudo, abro exceção para escrever como um Conselheiro eleito pelas Comunidades no Brasil e que experiencia há algum tempo o grave problema dos trabalhadores dos Postos Consulares no Brasil que acaba por atingir as Comunidades e aos utentes em geral. Refiro-me à situação degradante pela qual passam esses trabalhadores. Tentarei justificar.

A maioria dos trabalhadores do MNE/Governo de Portugal no Brasil, têm os salários fixados/congelados pelo Decreto-lei nº 47/2013 ao câmbio euro-real daquela época, 1 (um) euro corresponderia a 2,638 (dois vírgula seis três oito) reais. Desde então quem trabalha nos Postos Consulares no Brasil ficou cada vez mais prejudicado se comparado a seus homônimos em outros países, haja vista o câmbio atual ultrapassar 5 (cinco) reais, que corresponde receber menos da metade do que em 2013 e com uma inflação brasileira em níveis muito maiores.

O debate acerca da revisão desse heterodoxo congelamento cambial, atentatório às leis económicas, permanece cíclico.

co: começa com a atribuição de responsabilidades entre os dois maiores partidos políticos portugueses, passa por uma preocupação com a irredutibilidade dos salários se estes voltassem a ser fixados a um câmbio variável (porém real e verdadeiro) e terminam sempre com reuniões em Lisboa entre Governo e Sindicato com manifestações, propostas e prazos. Contudo solução não há e torna-se à “estaca zero”. Tenho acompanhado o calvário experimentado por funcionários/as no Consulado no Rio de Janeiro, recebi nos últimos anos relatos de diversos outros Postos e, em março de 2020, pude manifestar-me em Parecer à antiga SECP, Dra. Berta Nunes que, apesar de sensibilizada, não logrou êxito em uma solução.

Em outubro de 2021 havia um possível acordo à mesa que foi atingido pela não aprovação do Orçamento de Estado. Agora temos novo Governo, temos estabilidade política e OE aprovado. Será que há algum acordo ou alguma proposta concreta? Lisboa permanece *silente*.

A família abriram mão de assistência médica privada e escola particular, necessárias no Brasil, deixam de ter seus momentos de lazer. E será que algum de nós trabalharia sem ter como pagar o aluguer ou a luz e a água?

E o impacto dessa redução do poder aquisitivo imposta pelo congelamento cambial acarretando problemas aquando da aposentação (reforma), haja vista que pelas leis da segurança social brasileira o valor da reforma calcula-se sobre

uma média das contribuições mensais em reais? Alguém mensurou isso?

Trata-se, portanto, de uma situação de calamidade salarial que, em não sendo resolvida, gerará desgastes e, quem sabe, possíveis decisões judiciais condenatórias/indemnizatórias em face do Governo. Esta semana, para corroborar o que escrevo, soube-se da decisão de Tribunal brasileiro reconhecendo o direito de 9 (nove) trabalhadores; possivelmente outros virão.

Por isso, há algumas semanas escrevi aos Drs. João Cravinho, Paulo Cafôfo e Luís Ferraz, alertando à necessidade de medidas urgentes quanto à situação. Apesar de reconhecer que meus destinatários estão responsáveis por suas respectivas funções há poucos meses, a notória, angustiante e degradante situação ocorre há muitos anos e Governos; infelizmente, ainda sem uma solução justa e razoável às partes. Assim, como já foi feito por meio do CCP alertando aos nossos governantes e gestores públicos, faço agora este alerta público para uma situação que política, jurídica e socialmente necessita ser resolvida, considerando o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos sociais dos trabalhadores nos Postos Consulares no Brasil: não há mais tempo, as famílias desses trabalhadores/as agradecem. Nesse processo que se arrasta há anos perdemos todos: trabalhadores, utentes, cidadãos em geral e Portugal em todos estes.



Flávio Martins

Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas

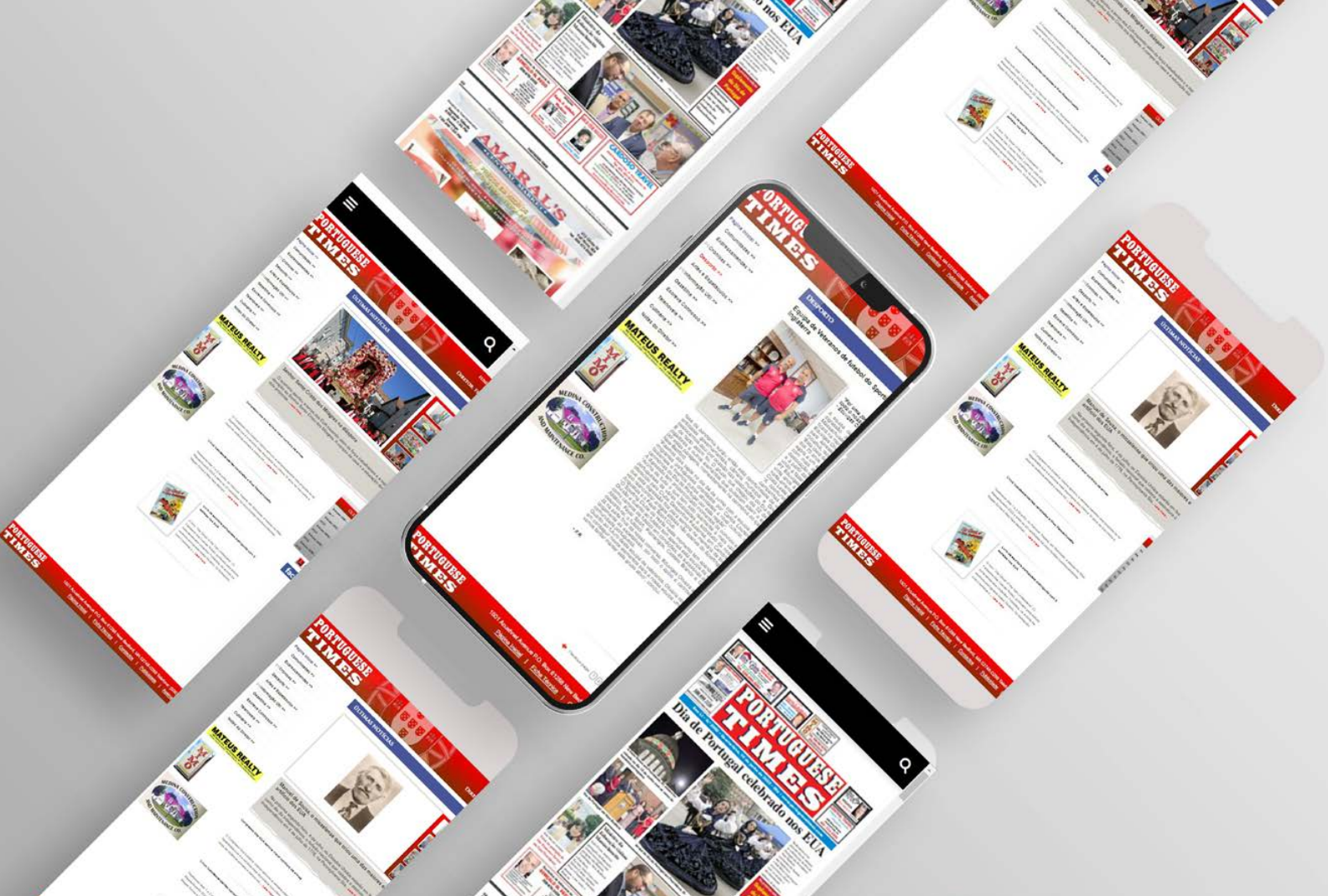
OS MEDIA DE LÍNGUA PORTUGUESA PELO MUNDO

Portuguese Times

América do Norte



Jornal semanal
Distribuição por praticamente
todos os estados dos EUA,
através de subscrição paga
Fundado à 51 anos



Como surgiu o Portuguese Times?

O Portuguese Times surgiu pela mão de Augusto Saraiva, português natural de Coimbra, entretanto falecido em 2016, aos 83 anos de idade, na cidade de Newark, estado de New Jersey, onde fixou residência em 1967. Foi o fundador e primeiro diretor do jornal.

Quais as razões da escolha de New Bedford?

Em 1973 Augusto Saraiva viu-se obrigado a desligar-se do projeto e vendeu o jornal ao imigrante português natural de Lisboa, António Alberto Costa, já falecido há vários anos e antigo radialista em New Bedford. Desconheço as razões da venda do jornal, mas a verdade é que António Alberto Costa, muito ativo na comunicação social lusa em Massachusetts e Rhode Island, viu nesta compra uma oportunidade de preencher uma lacuna que existia, de facto, uma vez que nesse ano um diário português intitulado Diário de Notícias, de New Bedford, foi extinto. O que é certo é que o Portuguese Times, sob a direção daquele ativo jornalista e com a colabo-

ração de uma equipa competente e qualificada, manteve-se não apenas como arauto das iniciativas da comunidade portuguesa nos EUA, mas também como um instrumento muito importante na preservação e divulgação da língua e cultura portuguesas por estas paragens, ao mesmo tempo que servia de elo de ligação com a terra de origem e numa altura em que não existiam as facilidades de comunicação de que hoje dispomos: com a internet hoje Portugal está à distância de um clique do telemóvel ou iPad e temos praticamente todos os grandes órgãos de comunicação social.

O facto de ter nascido em 1971 certamente acompanhou muitos dos emigrantes que vieram para Massachusetts antes do 25 de Abril. Que Portugueses eram esses?

Os portugueses que aqui chegaram eram oriundos de várias zonas do país, sobretudo Centro e Norte de Portugal: Estremadura, Beira Litoral, Beira Alta, Minho, Trás-os-Montes e das regiões autónomas da Madeira e Açores. A maioria dos portugueses nessa altura trabalhava na indústria têxtil, pesca e construção.



<https://www.portuguesetimes.com>

Hoje em dia, parte dos vossos leitores já serão lusodescendentes de 2ª e 3ª gerações. Sentiram alguma barreira no facto de alguns não estarem tão familiarizados com a língua portuguesa?

A maioria dos nossos leitores ainda são os imigrantes portugueses, a primeira geração, que gosta de ler, de saber do que se passa no mundo português sobretudo aqui nos estados de Massachusetts e Rhode Island. Temos poucos leitores das segunda e terceira gerações, pois a maioria prefere ler na sua língua, na língua de Shakespeare, as publicações do país onde nasceram, para além do facto de que atualmente grande parte dos jovens são mais sensíveis a uma cultura snack, muito ligada às redes sociais. Contudo, há ainda um bom número de jovens lusodescendentes que aderem a iniciativas portuguesas e aí tentamos dar uma extensa cobertura na tentativa de cativar alguns jovens leitores, nomeadamente ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, escolas portuguesas comuni-

tárias e outras tradições a que aderem, como por exemplo o Carnaval, uma tradição a que aderem todos os anos centenas de jovens e com o forte apoio do associativismo luso local.

Com que periodicidade fica online o jornal? A edição em papel é distribuída como? Continuam com o regime de assinaturas e entregas domiciliárias?

Atualizamos o nosso website semanalmente introduzindo alguns dos conteúdos da edição impressa e depois, sempre com uma semana de atraso, toda a edição digitalizada em sistema PDF e gratuitamente. A edição impressa, para além de distribuída pelo serviço local dos correios em todo o país e ainda em algumas localidades do Canadá e Bermuda (poucos), é distribuída nas manhãs de quarta-feira (dia semanal de publicação) pelos estabelecimentos comerciais, a maioria de portugueses e luso-americanos, de Massachusetts e Rhode Island.



Francisco Resendes

Francisco Manuel Aguiar Resendes apresenta já uma longa carreira de jornalista, que começou em 1978 no Portuguese Times, de que hoje é diretor e editor.

Natural da freguesia de Santana, concelho do Nordeste, S. Miguel, frequentou o antigo Seminário-Colégio Santo Cristo, em Ponta Delgada até ao antigo quinto ano, seguindo depois para o Seminário Episcopal de Angra, na ilha Terceira, onde ali permaneceu durante dois anos.

Em Setembro de 1977 juntou-se aos pais, irmãos e restante família que já aqui residiam desde 1969.

Apaixonado pela música e artes, fundou juntamente com um amigo, em finais de 1977, o conjunto musical Loves-treet, entretanto extinto em 2001 e que se tornou num projeto musical de referência pela comunidade portuguesa da Nova Inglaterra.

No seu percurso como jornalista no Portuguese Times, criou em 1994 a secção ARTES E ESPETÁCULOS, dando voz à comunidade artística destas paragens, ao mesmo tempo que divulga o que se passa no mundo lusófono em termos de artes e música.

Francisco Resendes foi durante mais de uma década apresentador do programa musical “Teledisco”, do Portuguese Channel, colaborando em vários outros apontamentos deste canal, nomeadamente como comentarista e como apresentador de telejornal.

Colabora semanalmente em estações radiofónicas da comunidade portuguesa da Nova Inglaterra, nomeadamente a WJFD, de New Bedford, Rádio Voz do Emigrante, de Fall River e o Portuguese Channel, de New Bedford.

A sua colaboração estende-se ainda a Portugal Continental, nomeadamente através da RDP Internacional e RTP Internacional apresentando as principais notícias do jornal que dirige às comunidades portuguesas.

Nos Açores, o jornal que dirige, o Portuguese Times, mantém desde 2015 uma parceria com o Diário dos Açores, onde Francisco Resendes assina frequentemente vários dos seus apontamentos de reportagem e notícias das comunidades lusas da Nova Inglaterra. Assume o cargo de diretor e editor do semanário de língua portuguesa Portuguese Times desde abril de 2012.

OPINIÃO

Bayingyis, os lusodescendentes de Myanmar I Parte

Esquecidos estavam, esquecidos continuam



Enquanto a guerra na Ucrânia domina as atenções dos media e das organizações internacionais, prossegue impune a repressão da Junta Militar do Myanmar sobre todos os que se opõem ao seu tirânico regime. Entre eles estão os membros de uma comunidade lusodescendente com quase 450 anos de existência, gente rural, conhecidos localmente como bayingyis. Várias das suas aldeias foram já inteiramente queimadas, os seus bens destruídos e houve até quem fosse assassinado a sangue frio. Aterrorizados pela acção da soldadesca e dos tiros da artilharia, os aldeões fugiram e encontram-se agora refugiados nas instalações da diocese em Mandalay, a segunda cidade do país. Desabafo de um dos seus residentes, chamemos-lhe

Paulo: “temos imenso orgulho das nossas raízes portuguesas, mas Portugal não quer saber de nós!”. Diz isto, pois desde o final do ano passado tem estado em contacto comigo fornecendo-me provas das atrocidades cometidas, provas essas que em vão tentei chegar aos órgãos de comunicação social. Não demonstraram qualquer interesse pela matéria até há umas semanas, quando lhes fiz chegar a mensagem que recebera do Paulo logo pela manhã: “Ontem, um contingente militar de 150 soldados entrou em Chan-thar-ywa, uma grande aldeia bayingyi na região de Sagaing, disparando mais de 3 tiros de artilharia. Às 15 horas começaram a queimar a aldeia. A minha casa e muitas outras foram incendiadas... O pároco,

as religiosas e os aldeões estão agora em fuga, deixando para trás todos os seus bens. Avistamos muito fumo do local onde nos escondemos”. Dias depois, já na capital Yangon, Paulo informava-me que a Junta Militar cortara a internet e as comunicações de rede móvel na região onde se situam as aldeias dos lusodescendentes. Ou seja, a partir de então essa gente ficou ainda mais isolada. As imagens que o Paulo me fez chegar mexeram comigo, tocaram-me no fundo da alma, entristeceram-me profundamente. Conheci bem aquelas aldeias, dormi naquelas casas de teca e recebi da gente que as habitava toda a hospitalidade do mundo e arredores. Eu representava o Portugal mítico que durante séculos os bayingyis transportaram (e transportam ainda) consigo, apesar da maior parte deles ser incapaz de indicar num mapa onde fica Portugal. O Paulo era miúdo ainda quando pela primeira vez visitei essas aldeias, em 1993... Mais tarde, teve oportunidade de viajar e numa passagem por Macau veio à minha procura. “Lembro-me bem de si. Era criança ainda”, disse ele quando nos sentamos para beber um café e evocar recordações antigas. Na verdade, ando desde meados da década de 1990 a falar da comunidade bayingyi, a mais reputada das comunidades luso-descendentes do Myanmar. Dei a conhecer a sua existência e os seus anseios com artigos nos jornais e revistas, exposições fotográficas, dois livros, um documentário, depoimentos nas rádios e televisões e nas inúmeras conversas com amigos e desconhecidos. Em Macau, Portugal e onde foi possível chegar no mundo. Mesmo assim, ainda há quem teime em ignorar a sua existência e as suas justas reivindicações históricas. É o caso da maioria dos media (sobretudo as televisões) e das nossas autoridades, ao mais alto nível, todas elas ao corrente da situação. Presidência, MNE, Assembleia da República: um ensurdecido silêncio; prova provada de que Portugal abdicou da sua política externa. Depois de registar o meu testemunho sobre o processo em curso, que visa, no mínimo, a desagregação e desenraizamento dessa comunidade orgulhosamente distinta das restantes (ou até, porventura, a sua aniquilação completa), uma jornalista da Lusa foi ouvir o que tinha a dizer o nosso MNE: “Questionado pela agência Lusa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros recordou que, desde o primeiro instante, Portugal

condenou o golpe militar de 1 de Fevereiro de 2021, praticado pelas autoridades militares do Myanmar, uma violação flagrante da vontade da população, expressa nas eleições gerais de 8 de Novembro de 2020”. E prossegue a nota do Palácio das Necessidades: “A violência por motivos étnico-religiosos ou a violação da liberdade religiosa é injustificável e inaceitável, em todas as suas formas. Myanmar está no topo da agenda da União Europeia e Portugal continuará a participar activamente no esforço colectivo da comunidade internacional para pôr termo a este conflito e auxiliar as populações vulneráveis”.

Ou seja, sobre a comunidade bayingyi – que mantém a chama da portugalidade há mais de 400 anos e que agora perdeu tudo o que tinha (casas, bens, animais, colheitas e, alguns, familiares também) – nem uma palavra! E tudo indica que razão desse silêncio se deve a rumores que nas Necessidades disseminaram a disparatada ideia de que a assumida origem lusitana dos bayingyis não tinha razão de ser e que tudo não passava de uma invenção de “um grupo de macaístas de interesses oportunistas” (!?), daí que os nossos governantes optassem por não individualizar a questão, preferindo diluí-la no protesto comum da União Europeia pela continuada repressão às minorias étnicas. Face a este delírio, só me ocorre dizer o seguinte: ou estamos perante alguém com uma enorme má fé (inclino-me para esta hipótese) ou então perante um verdadeiro atrasado mental. É sabido que a gente mesquinha e torpe, por norma não lê, não estuda, não conhece, e tem raiva de quem lê, estuda e conhece. Daí a sua tendência para a má língua e a difamação. Pois bem, a origem portuguesa dos bayingyis (e de outras comunidades lusodescendentes do Myanmar, nomeadamente a de Arração, que também conheço bem) está mais do que comprovada. Basta ler, por exemplo, alguns dos capítulos da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto ou a nossa contemporânea investigadora Maria Ana Marques Guedes, especialista da relação histórica entre Portugal e a Birmânia. Está lá tudo explicadinho.

Entretanto, e para os mais preguiçosos, deixo aqui, em jeito de intróito histórico, uma breve resenha que, espero, ajudará a contextualizar.

Mas quem são exactamente os bayingyis? Como surgiram?



© Joaquim Magalhães de Castro

A ILHA DOS PORTUGUESES

– Se vai ao meu país, não se esqueça de visitar a ilha dos portugueses. – Foi com estas palavras que se despediu de mim o jovem secretário da embaixada de Myanmar em Pequim quando, no início da década de 1990, aí fui solicitar um visto de turista. Dessa vez, não chegaria a utilizá-lo, mas aquilo da “ilha dos portugueses” ficou-me na ideia durante algum tempo. Quando, poucos anos depois, visitei pela primeira vez essa nação que já se chamou Birmânia e que um punhado de generais teimava em considerar feudo seu, levava a lição minimamente estudada, graças à informação que em Macau me fora fornecida por um amigo entusiasta dessas coisas das miscigenações.

Quem primeiro nos relata o pioneirismo dos portugueses na Birmânia é o cronista Duarte Barbosa, que em 1501 rumou à Índia com uma frota de várias dezenas de navios, só regressando a Portugal quinze anos depois. No decorrer da sua viagem pelo subcontinente e pelo Sudeste asiático refere-se, por diversas ocasiões, ao reino da Birmânia, com “os seus habitantes de pele escura que andam nus da cintura para cima”, e aos «mouros e pagãos» (entre estes últimos estavam incluídos os chineses), os grandes comerciantes da época, rivais dos portugueses. Barbosa é, provavelmente, o primeiro europeu a mencionar a existência da Birmânia, na altura, o nome dado ao principado de Tangu, que, juntamente com Ava, Pegu e Arracão, era um dos mais importantes reinos da região que hoje constitui o estado de Myanmar.

Em 1511, os mon (uma das muitas etnias da região) estabeleceriam um tratado comercial e de amizade com Afonso de Albuquerque, que lhes enviou um mensageiro chamado Rui Nunes, procurando com isso o apoio dos gentios contra o inimigo comum: os muçulmanos. Pegu, reino budista, era um aliado precioso.

Em Agosto de 1512, Pêro Pais e Jorge Álvares rumam ao Pegu a bordo do junco São João. Estava assim iniciada uma prática corrente de compra de juncos para Malaca, que daria origem a uma rota de duas semanas com escala, para carregamento de pimenta, no porto de Pacém, ilha de Samatra. Passaram a ser construídas em Martavão, a partir de então, inúmeras dessas embarcações que seriam escoadas para Malaca, de maneira que esta pudesse responder de forma eficiente às intensas relações marítimas que mantinha com vários portos da Ásia e da Insulíndia. Por vezes, eram os malaqueiros que rumavam a Pegu em busca de juncos; outras, eram os pegus que se dirigiam para Malaca, onde os vendiam depois de salgado o trato.

Na sua Peregrinação, Fernão Mendes Pinto refere-nos as riquezas da Birmânia, chamariz para mercadores portugueses, que ali demandavam a partir de Malaca, em busca das afaçadas madeiras, cereais, laca e pedras preciosas, como os rubis ou as safiras, entre tantos outros produtos, e visitavam no processo o arquipélago de Mergui, as cidades de Tavoy, Sirião, Cosmim, Akyab, tornando-se aliados do rei de Pegu. Chegaram acompanhados pelos respectivos capelões, e assim se foi instalando o cristianismo na região.

Estabelecido em Martavão, o feitor português Duarte Peçanha de Alenquer acabaria por bater em retirada, após escaramuças com a população local e os portugueses aí residentes. Eram as primeiras manifestações do poder dos lançados ou homiziados, que em toda aquela região comerciavam por conta própria e que desde sempre ofereceram resistência à tentativa monopolizadora do Estado da Índia. Fossem eles mercadores ou soldados, teriam um papel fundamental na formação política da Birmânia, nomeadamente na conquista de Pegu, em 1598, pelas forças aliadas birmanesas dos reinos de Tangu e de Arração.

Em 1519, na sequência de um novo tratado de paz e comércio, assinado por António Correia, representante do rei português, e o soberano de Pegu, as trocas intensificaram-se ainda mais. De acordo com os relatos de Faria de Sousa, na sua *Ásia Portuguesa*, as relações comerciais entre Portugal e os reinos de Ava e Pegu expandiram-se de tal maneira que, por volta de 1556, se encontravam já «ao serviço do rei Bayinnaung mais de um milhar de soldados e marinheiros portugueses sob as ordens de António Ferreira de Braganza». Em alguns dos capítulos da *Peregrinação*, Mendes Pinto relata-nos vários episódios envolvendo estes mercenários e cita até o nome de muitos deles. Ele próprio exercia na altura a função de mercenário e, ao chegar ao porto de Cosmim, após uma atribulada travessia do país, deparou com uma pequena colónia de católicos, precisamente o resultado dos casamentos inter-raciais

entretanto efectuados pelos soldados e mercadores portugueses ali estabelecidos.

Curiosamente, o primeiro religioso a pregar entre os birmaneses era um franciscano francês, Pierre Bonfer, capelão dos marinheiros e comerciantes lusos, de 1554 a 1557, em Sirião, à época, o principal porto da região. Escusado será dizer que as pioneiras tentativas de missão caíram em saco roto.

Esse porto, na embocadura do rio Irrauadi, frente a Yágon, ficaria para sempre ligado ao nome de Portugal e dos portugueses, graças ao controverso desempenho de um aventureiro chamado Filipe de Brito, que, de 1600 a 1613, fez o que muito bem lhe apeteceu em Sirião e na vizinha zona costeira. Brito tinha absoluto poder sobre a região e seus habitantes, tendo sido sob a sua protecção e auspícios que os capelões jesuítas puderam dar início ao processo de “evangelização entre os gentios”, como se dizia então.

Filipe de Brito não foi o único, mas tratou-se seguramente do mais famoso dos lusos aventureiros que pululavam naquela e noutras regiões da Ásia.

Os descendentes desses soldados portugueses, que na época de seiscentos lutaram ao lado dos soberanos de Ava e do Pegu, ou que faziam parte do pequeno exército de Filipe de Brito, ou do seu companheiro de armas, Salvador Ribeiro de Sousa, senhores feudais em terras do Oriente, ambos empossados com o título de «rei do Pegu», são hoje conhecidos em Myanmar como *bayingyis*.



© DR



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador e Diretor Geral da AILD
para a Ásia/Pacífico

| ARTES E ARTISTAS LUSOS

João Costa Ferreira

[Website oficial](#)

[Facebook](#)



João Costa Ferreira é um pianista e investigador português detentor do “Diplôme Supérieur d’Exécution” da École Normale de Musique de Paris e doutorado em Música e Musicologia pela Sorbonne Université. Embora o seu reportório abranja todos os estilos desde o barroco, João Costa Ferreira especializou-se na música do século XIX e da primeira metade do século XX. Nos seus projetos a solo e música de câmara, tanto se interessa pela interpretação do grande reportório clássico como pela descoberta de compositores esquecidos e pela encomenda de obras aos compositores contemporâneos. Tem tido um papel ativo na reabilitação e valorização do património musical português, nomeadamente através da publicação e gravação das obras de José Vianna da Motta. O seu trabalho tem sido premiado por diversas instituições culturais.

Quando se iniciou a paixão pela música?

E a escolha do instrumento, foi sua ou dos seus pais?

Acho difícil dizer quando começou o gosto por uma coisa. Recordo-me que nos meus cinco ou seis anos adormecia a cantar. Nessa altura, o gosto pela música era evidente. Comecei as minhas primeiras aulas de música no 1º ciclo do ensino básico, com sete anos de idade. Aprendíamos na escola a tocar aquelas flautas de plástico que se compravam nos supermercados. Mais tarde, no primeiro ano do 2º ciclo, uma professora de música acompanhou os seus alunos num teclado. Foi aí que eu próprio disse aos meus pais que gostaria de aprender a tocar piano.

Faz o Conservatório de Artes do Orfeão de Leiria e aos 19 anos sai de Portugal. Conte-nos, como surgiu a oportunidade de ir estudar para Paris e como foi vivida, então ainda tão jovem, esta aventura sozinho.

A ideia de ir estudar para Paris foi alimentada pelo meu professor de piano do Orfeão de Leiria, Luís Batalha. Para ele, era necessário eu ir estudar para fora se procurava um elevado ní-

vel de exigência e se ambicionava fazer carreira na área. Não sei se isso era mesmo verdade mas tinha-o como uma referência. Não pensei duas vezes e fui estudar para Paris. Contudo, não foi uma aventura que vivi sozinho. Naque-la altura, vários alunos dele já se encontravam a estudar em Paris. Com a ajuda deles a minha adaptação foi facilitada, embora eu não falasse a língua. Inicialmente, o meu professor de piano dava-me as aulas em inglês mas isso não facilitava a minha integração. A certa altura, pedi-lhe que me desse as aulas em francês. A partir daí ganhei coragem e comecei a tentar falar em francês no dia-a-dia. Creio que, no que toca à minha integração na nova cidade, o maior obstáculo que enfrentei foi mesmo a língua. Fora isso, vivi essa aventura naturalmente. Estava focado em objetivos muito concretos que eram a obtenção dos diplomas da École Normale de Musique de Paris, diplomas muito difíceis de obter já que era necessário todos os anos prestar provas em concursos da escola onde o nível era altíssimo. Esses concursos obrigaram-me a concentrar-me e, talvez por isso, as demais dificuldades que fui enfrentando ao longo desta aventura não tivessem para mim grande importância.

Em média quantas horas toca por dia? E no caso dos concertos, como é feita a preparação? Dedicar ainda mais tempo?

Hoje em dia, a média deve andar pelas quatro ou cinco horas. Quando era ainda estudante, a média devia andar pelas sete ou oito horas mas creio que com o tempo todos nós, pianistas (pelo menos), reduzimos o tempo de trabalho e aumentamos a eficácia do trabalho, reduzimos a quantidade mas aumentamos a qualidade. A preparação dos concertos varia muito consoante a sua natureza: se for um concerto a solo,

passo imenso tempo sozinho fechado no meu estúdio a estudar as obras e, se tiver possibilidade, peço a alguém para me ouvir tocar como se fosse um concerto; se for um concerto de música de câmara, para além de tudo isso tenho de ensaiar várias vezes com os outros músicos pois é importante que todos respeitem as mesmas intenções musicais e que sintam a respiração de cada um. Na preparação de um concerto, o período durante o qual dedico mais tempo ao piano é precisamente o da aprendizagem de novo repertório já que isso exige a leitura musical da partitura, a sua descoberta e, porventura, a sua memorização.



© Paul Robion

O João para além de pianista é investigador. Em qual dos papéis se sente mais realizado?

Não consigo responder à questão porque as minhas ambições enquanto pianista e enquanto investigador não são comparáveis, na medida em que tenho maiores ambições enquanto pianista. É possível que me sinta mais realizado enquanto investigador, embora isso não signifique que tenha feito mais coisas enquanto investigador nem que me sinta frustrado enquanto pianista. O sentimento de realização em cada um desses papéis está relacionado com a ambição que tenho em desenvolver cada um deles.

Tem tido uma grande preocupação na divulgação do património musical português, nomeadamente através da gravação de obras inéditas. É uma missão para levar mais longe os nomes dos compositores portugueses?

Uma vez que me tenho debruçado em particular sobre reportório inédito, eu diria que se trata, em primeiro lugar, de um trabalho que procura dar a conhecer aos portugueses uma parte desconhecida do seu próprio património musical. Mas, naturalmente, a divulgação internacional dos nomes dos compositores portugueses faz parte dos objetivos do meu trabalho. Por exemplo, o meu primeiro disco a solo com obras inéditas de José Vianna da Motta, lançado em 2018 na etiqueta *Grand Piano Records*, é distribuído em praticamente todo o mundo. Para além disso, tenho tocado com alguma frequência as suas obras, assim como as de António Fragoso, Luiz Costa, Alexandre Rey Colaço, Fernando Lapa, Sérgio Azevedo, António Victorino d'Almeida entre as de muitos outros compositores portugueses, em Paris, Bruxelas, Amesterdão e outras cidades europeias.





© Paul Robion

Das inúmeras salas onde já atuou, em qual se sentiu melhor a tocar? E qual o concerto que mais gostou de ter dado?

Regra geral, as salas onde preferi tocar foram aquelas que estiveram cheias, pela energia que isso me transmite. Por isso gostei tanto de ter tocado, por exemplo, em 2018 no Museu Nacional da Música para festejar os 150 anos do nascimento de José Vianna da Motta, no próprio dia do seu aniversário (22 de abril); em 2018 na Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do lançamento do livro da correspondência de José Vianna da Motta com Margarethe Lemke; em 2019 na Sala Gótica da Prefeitura de Bruxelas no âmbito do encerramento das celebrações do Dia de Portugal

Como viu o boicote cultural à Rússia - que felizmente em Portugal não aconteceu - proibindo concertos e obras de compositores russos?

O contexto de uma guerra é complexo. Muitas questões ultrapassam, aliás, a minha compreensão. Se esse boicote foi pensado no quadro de sanções económicas

— à semelhança daquilo que procuravam obter com o bloqueio do sistema SWIFT a alguns bancos russos, por exemplo —, ou pensado para procurar desencadear uma revolta do povo russo que pudesse porventura dificultar a ação do Kremlin, acho que a questão é discutível. Se esse boicote visou simplesmente anular a expressão da cultura russa e dos seus artistas conscientes de que isso não teria qualquer impacto desfavorável naquilo que eram os desígnios da invasão à Ucrânia, então parece-me inútil. Seria como se eu deixasse de tocar ou ouvir Rachmaninoff ou Tchaikovsky, de ler Dostoiévski ou Tolstói, de ver uma peça de Tchekhov ou um filme de Tarkovski. Que impacto substancial teria isso para além de limitar os meus horizontes?

Quais são os seus projetos para 2022 e onde o vamos poder ouvir nos próximos tempos?

Preparo atualmente a gravação do 2º volume de uma série discográfica que intitulei *José Vianna da Motta: Poemas pianísticos*, dedicada à obra de infância do compositor, mas só deverá ser lançado em 2023. Em



© Paul Robion

princípio, este disco será apresentado num concerto que darei no Centro Cultural de Belém (em data ainda por determinar). Antes disso, no dia 7 de dezembro deste ano, levarei as obras desse disco a Leiria (em sala ainda por determinar) e, no dia seguinte, ao Palácio Nacional da Ajuda. Começo também agora a levar às salas um programa com obras de Chopin, Beethoven, Rachmaninoff e Scriabin que intitulei “Recital em dó sustenido menor” e que visa celebrar o romantismo musical do século 19. Em breve, lançarei juntamente com o pianista francês Bruno Belthoise, um álbum duplo dedicado ao repertório português e francês para piano a quatro mãos. Ele será apresentado no

dia 15 de outubro deste ano em Paris, no *Regard du Cygne*.

O que representou para si o recente doutoramento na Sorbonne Université – Faculté des lettres, recebido por unanimidade e com felicitações?

A obtenção desse grau académico com essas menções foi, naturalmente, uma enorme satisfação, não apenas por ver reconhecido o enorme esforço e persistência que me acompanharam ao longo dos últimos seis anos mas também pela alegria que isso deu aos meus pais, algo que eu considero que lhes devo pelo apoio que sempre me deram.



Terry Costa

Diretor Geral do Conselho Cultural da AILD

| AMBIENTE

Greenwashing

ou a arte de bem enganar

O termo - greenwashing (lavagem verde) - surgiu pela primeira vez num ensaio crítico publicado por Jay Westerweld, ambientalista dinamarquês, dedicado ao estudo dos habitats de espécies em vias de extinção. A sua obra ironizava o movimento “salve a toalha”, que, apesar das alegadas boas intenções ambientais, apenas parece ter conseguido, como grande efeito prático, poupar dinheiro aos donos dos hotéis. Falamos de um período da Idade Contemporânea em que a Internet, embora já existisse, não estava disseminada como hoje e o acesso à informação acontecia sobretudo através da televisão, dos jornais e da rádio. Ironia do destino ou não, o ensaio de West-



erweld viu a luz do dia em 1986, precisamente no ano que ficará na história como aquele em que ocorreu o maior acidente nuclear do mundo, em Chernobyl, na Ucrânia - uma república, à época, pertencente à ex-União Soviética, de quem se viria a tornar independente em 1991, através de referendo.

É deveras preocupante que haja empresas que investem mais tempo e dinheiro em greenwashing, na tentativa de criação de uma imagem ambientalmente responsável (mas enganadora), do que na minimização das consequências dos reais impactos ambientais decorrentes das suas actividades.

Através do greenwashing, as empresas servem-se de apuradas técnicas de manipulação e persuasão, assentes no marketing, para promoverem a sustentabilidade dos

seus produtos ou serviços, que, na prática, não existe. Esses truques habilidosos destinam-se a enganar os consumidores, pois, as empresas sabem que estes, cada vez mais, se inclinam para os produtos mais ecológicos. Complementarmente, se o objectivo das empresas passa por omitir ou encobrir informações, através de uma apresentação tendenciosa e enviesada dos factos, neste caso, trata-se de whitewashing.

Ao longo das últimas décadas, várias empresas se envolveram em campanhas polémicas e casos de greenwashing.

Em meados dos anos 80, a petrolífera Chevron, colocou vários anúncios nos meios de comunicação social, através da campanha “People Do”, para demonstrar o seu alinhamento com a protecção ambiental. Todavia,



simultaneamente, ocorriam derrames de petróleo sobre refúgios de vida selvagem e as leis que obrigavam a manter a água e o ar limpos eram frequentemente violadas.

Poucos anos depois, em 1991, chegou a vez de a DuPont apresentar os seus petroleiros de casco duplo ao lado de animais marinhos, ao som de cânticos de Beethoven. Ironicamente, nesse mesmo ano, a DuPont liderou a tabela das empresas mais poluidoras dos Estados Unidos. Durante décadas, a sua fábrica Chambers Works fabricou e armazenou cerca de 1.200 produtos químicos, alguns deles com consequências devastadoras em termos ambientais, como é o caso do teflon, gasolina com chumbo, neoprene, freon, kevlar e urânio refinado para armas atômicas, entre outros.

Em 2015, descobriu-se que a Volkswagen estava a esconder a verdadeira extensão das emissões dos seus automóveis, para que estes estivessem de acordo com a ap-

ertada regulamentação ambiental da União Europeia. A revelação da fraude abalou a confiança dos consumidores. Foi aberta uma investigação interna que, até hoje, ainda não apresentou conclusões.

Mais recentemente, em 2019, a H&M criou uma linha de roupa alegadamente em tecido de algodão “orgânico” e poliéster reciclado. Todavia, descobriu-se que não passou de uma prática de greenwashing para ser vista pelos consumidores como mais amiga do ambiente. Além disso, essa linha até possuía mais substâncias nocivas que a linha principal da marca. Debaixo de críticas, a empresa acabou por retirar a publicidade enganosa das suas campanhas.

Outro exemplo elucidativo chega-nos de Singapura. A Alliance to End Plastic Waste (AEPW), uma entidade sem fins lucrativos apoiada por grandes petrolíferas, entre as quais, a Shell e a ExxonMobil, referiu que gastou mil-



hões na limpeza de plásticos. Prometeu que iria limpar o rio Ganges, na Índia, mas não cumpriu e, além disso, os seus patrocinadores têm planos para produzir ainda mais plásticos.

Em 2020, vieram a público alegações de que a IKEA, que até está classificada como uma das melhores empresas do mundo em termos de sustentabilidade, estaria a usar madeira de faia para fazer cadeiras, retirada ilegalmente de florestas ucranianas, que são verdadeiros santuários de protecção para animais ameaçados de extinção. A empresa, a princípio, negou. Mais tarde, diz ter iniciado investigações sobre o assunto.

Na actualidade, e concretamente no caso de Portugal, um sector que aposta fortemente nas práticas de greenwashing é o da mineração. As empresas, para obterem a chamada “licença social para operar”, tentam, por todos os meios, convencer as pessoas de que as suas operações

são amigas do ambiente e socialmente responsáveis, além de contribuírem para a descarbonização. Todavia, na realidade, a mineração está classificada como uma das indústrias mais poluentes e mais prejudiciais para as populações e para o meio ambiente.

Como conclusão, poderemos dizer que, na generalidade, as práticas de greenwashing resultam, muitas vezes, do excesso de entusiasmo de dirigentes de empresas demasiado ambiciosos e assentam no uso e abuso de falsas alegações ecológicas, sendo que, as empresas tentam convencer as pessoas de que os seus produtos são amigos do ambiente, quando, na verdade, não são. Se, no imediato, esta forma de actuação poderá trazer alguns benefícios, a médio e longo prazo, acaba por prejudicar a imagem das empresas, descredibiliza-as, e mina a confiança dos consumidores, que acabam por se sentir enganados e passam a rejeitar os seus produtos e a condenar as suas práticas.



Vítor Afonso
Mestre em TIC

Rapariga

*Cresce comigo o boi com que me vão trocar
Amarraram-me às costas, a tábua Eylekessa
Filha de Tembo
organizo o milho
Trago nas pernas as pulseira pesadas
Dos dias que passaram...
Sou do clã do boi —
Dos meus ancestrais ficou-me a paciência
O sono profundo do deserto,
a falta de limite...
Da mistura do boi e da árvore
a efervescência
o desejo
a intranquilidade
a proximidade
do mar
Filha de Huco
Com a sua primeira esposa
Uma vaca sagrada,
concedeu-me
o favor das suas tetas úberes*

Ana Paula Tavares

| SAÚDE E BEM ESTAR

Quem nunca questionou a sua felicidade?

Todos nós procuramos ser felizes – é um desejo inerente ao ser humano



As escolhas que fazemos todos os dias, de forma mais ou menos consciente, acabam por refletir essa procura e esse desejo de nos sentirmos bem, e de bem com a vida. Claro que neste tema das escolhas e da procura do que cada

um sente como bem estar e felicidade, haveria todo um mundo sobre o qual refletir e não é esse aprofundar que hoje nos traz aqui, embora tudo se conecte. Mas como? Escolher praticar Yoga surge dessa procura: seja de um bem



estar físico, ou da necessidade de “acalmar os pensamentos” como oiço tantas vezes da parte de quem quer iniciar. Quando praticamos e nos dedicamos aqueles minutos no tapete, existe desde logo uma escolha de fazermos algo por nós; de um tempo que decidimos parar para sentir, para cuidar e para nos fazermos bem – e a felicidade mostra-se logo aí! (sim, também entre “ais e uis” muitas vezes calados) Mas quase sempre num sentir positivo, que muitos nem conseguem explicar. “Fez-me tão bem esta prática”, dizem. “Estava mesmo a precisar e não sabia o quanto”. “Incrível, o que uma simples prática faz por mim”.

E os benefícios vão-se mostrando, muitas vezes em proporção à nossa dedicação, consistência, entrega e caminho individual, mas benefícios esses ao alcance de todos e comprovados pela sobrevivência desta prática milenar até aos nossos dias e todos os estudos feitos sobre o seu impacto na saúde e bem estar de quem a pratica. Assim, importa esclarecer que não sendo um desporto, nem uma religião, nem um método exclusivamente terapêutico, o Yoga acaba por nos poder trazer os benefícios associados a tais coisas, através do alinhamento de corpo, mente e espírito. Esse alinhamento é transmitido de

acordo com um determinado número de diretrizes transmitidas ao longo do tempo, que ao associar o movimento do corpo e certas posturas a uma respiração consciente e a uma observação do momento presente, ajuda a promover o aumento da nossa consciência corporal, da nossa sensibilidade e percepção, e da capacidade de voluntariamente fazermos escolhas que impactem positivamente o nosso equilíbrio e bem estar. Na verdade, mesmo enquanto não desenvolvemos uma prática que nos permita fazermos essas escolhas de uma forma mais consciente e direcionada, nomeadamente utilizando técnicas de respiração e ásanas específicos para o



que pretendemos, uma prática acompanhada e onde nos são propostas variadas ações, abre caminho à possibilidade de usufruirmos dos imensos benefícios que o Yoga nos pode trazer.

O impacto físico da prática será provavelmente dos benefícios mais rápidos de observarmos, uma vez que através do movimento esta promove **o aumento da força, da flexibilidade e do equilíbrio**.

A consciência corporal que vamos adquirindo permite-nos também uma maior atenção à nossa postura, à forma como usamos o nosso corpo no dia a dia, o que em muitos casos tem um impacto grande no **alívio das dores corporais**.

Quando essa consciência se alia à consciência da respiração, há toda uma série de impactos no nosso corpo nomeadamente na **regulação do sistema circulatório, hormonal e também do sistema nervoso**.

É através da respiração que garantimos o suprimento neces-

sário e adequado para a vida celular. Assim, uma respiração consciente promove uma oxigenação mais efetiva dos nossos órgãos. nomeadamente coração e pulmões, **melhorando a circulação**, contribuindo para o **controlo da pressão arterial** e promovendo no geral um melhor aproveitamento da energia que respiramos e que renova milhares de células a cada respiração.

Uma respiração ampla e profunda é a principal fonte de energia e de saúde para todas as células do corpo e que garante que esses sistemas funcionam de forma eficiente para nós.

Também a nível hormonal, o corpo é estimulado a produzir substâncias que nos fazem sentir bem, como a serotonina e a dopamina, que podem ajudar a controlar a necessidade de recorrer a antidepressivos e ansiolíticos usados no **controlo de estados depressivos**; A produção de melatonina responsável pela **regulação do ciclo do sono** é outro exemplo e promove um descanso com maior qualidade e profundidade.



Uma respiração consciente contribui também, e diretamente, para a regulação do nosso sistema nervoso, e para a possibilidade de tomarmos consciência de cada inspiração e de cada expiração, aprendendo a ficar mais presentes em cada momento, podendo estes fatores contribuir para o **controle da ansiedade**, tão presente nos dias corridos e rápidos de hoje.

Na verdade, muitas vezes saltamos de momento em momento, sempre numa ânsia de viver o momento a seguir, sem verdadeiramente usufruirmos ou tomarmos consciência do momento que está presente.

Estar no tapete, é poder estar connosco em segurança, sem ter que saber o que se segue. É poder escolher onde ir a cada respiração, porque não há pressa de chegar.

É aprender a estar e a ser. É aprender o nosso ritmo.

É dar possibilidade ao corpo de se exprimir, de nos falar e de fazermos silêncio para ouvir. É guardarmos o que nos serve e soltarmos o que não nos faz bem. É confiarmos que o corpo sabe.

É assimilarmos as subtilezas de quem somos, em verdade e em essência.

É poder descobrir, explorar, evoluir e quem sabe descobrir que a Felicidade que muitas vezes procuramos fora, afinal está em nós e muitas vezes ao alcance de algo tão simples como ouvir-nos respirar, sentir a vida pulsar e sabermos agradecer.

E quem nunca questionou a sua felicidade?



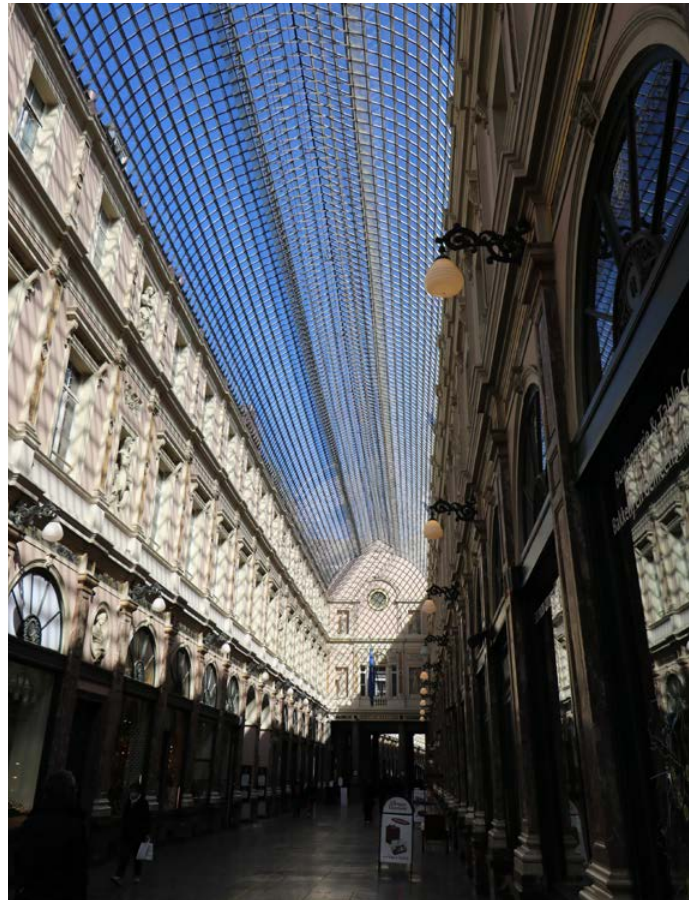
Pi Valadares

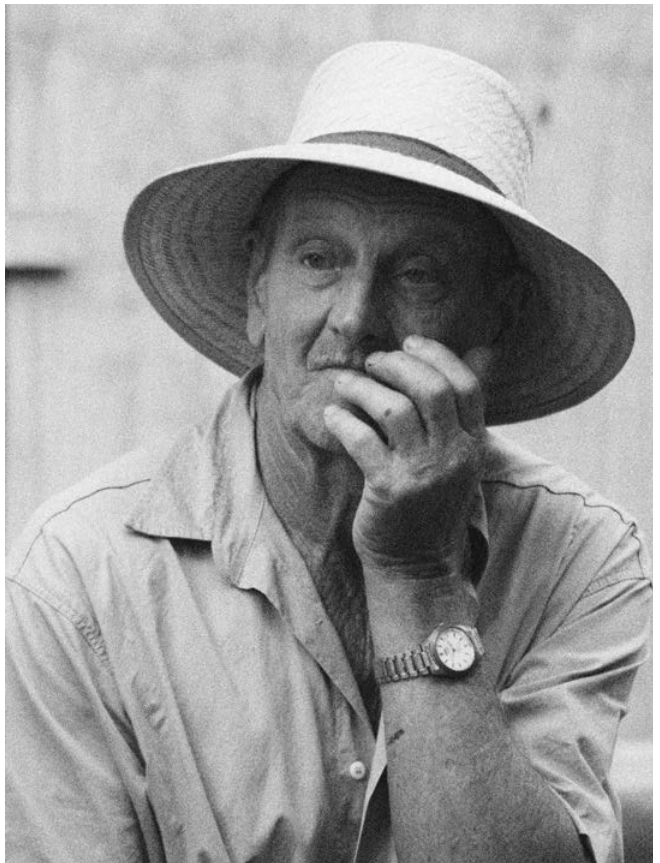
Instrutora de Yoga, Coach e Soul Surfer

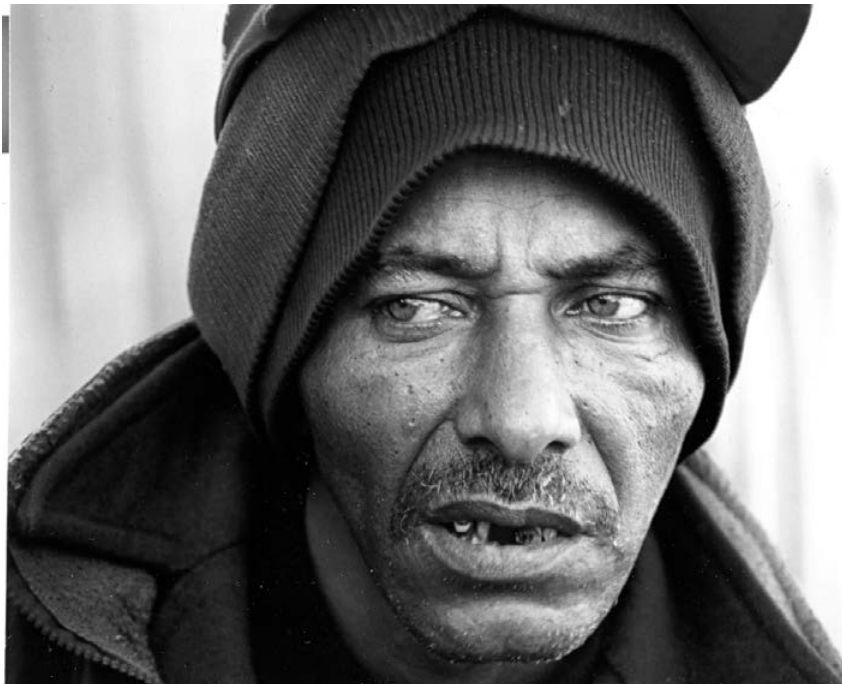


PELA LENTE DE
Angelo Sartori









Nascido na Cidade Maravilhosa, no seio de uma família simples e numerosa, Angelo Sartori desde cedo demonstrou um talento natural para a arte, especialmente o amor pelo desenho. Foi esta paixão que o levou, já em adulto, a estudar Belas Artes na Universidade do Rio de Janeiro, área que só viria realmente a abraçar anos mais tarde, quando teve a sua primeira experiência com uma câmara analógica, momento que nunca esquecerá.

A capacidade de capturar momentos tornando-os únicos – e quem sabe imortais – sempre lhe pareceu mágico. A curiosidade tornou-se assim um hobby, o hobby tornou-se uma paixão e a paixão tornou-se uma profissão.

Observador assumido, de olhar atento ao meio envolvente, Angelo Sartori faz da fotografia a sua melhor forma de se expressar, refletindo um trabalho de paixão, de descoberta e de fascínio por algo que não pode ser explicado com palavras, rabiscos, numa folha de papel ou numa tela.

A sua obra conta com imagens únicas, com vida e destino próprios. Observá-la é como embarcar numa viagem que nos permite tocar, sentir e reviver momentos que não voltam, mas que, apesar de serem hoje impossíveis de reproduzir, não deixam de ser eternos.

Diana Correia

Jornalista, Diretora de
Comunicação da AILD

| COM LUPA: CÁ DENTRO

Matosinhos II Parte

Terra de Horizonte e Mar



Se no dia anterior visitou as belas praias do concelho de Matosinhos, hoje o verde da Natureza e as correntes artísticas vão preencher a sua manhã. Em Leça da Palmeira, na envolvente próxima da foz do rio Leça, sobre a margem direita, vai encontrar duas quintas contíguas inesquecíveis: a Quinta da Conceição e a Quinta de Santiago. Com o abandono do Convento de S. Clemente das Penhas (se quiser descobrir o testemunho que resta desse Convento, procure a Capela da Boa Nova, um verdadeiro sonho junto ao mar), por parte dos Frades Franciscanos, era necessário um novo espaço para a instalação do seu novo Convento. Deste modo, a anteriormente designada de Quinta da Granja alocou o convento dedicado à Nossa Senhora da

Conceição, o que fez com que passasse a ser chamada de Quinta da Conceição. Após a extinção das ordens religiosas, e com o abandono do Convento, este foi vendido em hasta pública em 1837, a Manuel Guimarães, por seis contos. Atualmente, ainda pode presenciar vestígios da existência do convento: o antigo claustro, alguns chafarizes monumentais, a capela de São Francisco e o lustroso portal de estilo manuelino que pertenceu à igreja do convento. No século XX, a Quinta da Conceição foi conferida à Administração dos Portos de Douro e Leixões tendo em vista a construção da doca nº 2 do Porto de Leixões. Em 1956, a restante propriedade é arrendada pela Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Matosinhos para a criação do



© Fátima Pinheiro

“Parque da Vila”, sofrendo, durante a década de 60, significativos melhoramentos geridos pelo arquiteto Fernando Távora, entre os quais se destacam os courts de ténis e a piscina (projetados pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira). Em 2009, a Câmara de Matosinhos conduziu uma enorme remodelação do espaço, notabilizando-se a conservação das esculturas e das fontes, os trabalhos de restauro na capela de São Francisco e a manutenção e recuperação da piscina, que se converteu num exímio espaço moderno de lazer. Se anseia em praticar exercício físico desfrutando da pureza do ar que a imensidão do bosque denso lhe proporciona, este é o espaço imprescindível para si! As suas crianças podem divertir-se no parque infantil, aqui também dispo-

nibilizado. Se quiser fazer um lanche da manhã, a Quinta conta com um parque de merendas muito agradável para que o seu piquenique lhe saiba melhor que nunca. Para dar uns belos mergulhos e refrescar-se um pouco tem a já mencionada piscina, aberta entre as 09h00 e as 19h00. O custo para os adultos é de 6€ (de segunda a sexta) e de 8€ (aos sábados, domingos e feriados) e para as crianças de 3,5€ (de segunda a sexta) e de 4€ (aos sábados, domingos e feriados). Outra que merece a sua visita é a Piscina das Marés, novamente da autoria de Siza Vieira. Conta com duas piscinas de água salgada numa extensão de aproximadamente 25 metros de comprimento (uma para adultos e crianças acompanhadas e outra só para crianças), ves-

tiários, balneários e bar/lounge. Classificada desde 2006 como Monumento Nacional, a Piscina das Marés é indiscutivelmente uma das mais belas e emblemáticas no país, pela sua incrível localização e pela sensação que desperta de estar a nadar no próprio mar, com toda a segurança possível. O horário é o mesmo que a Piscina da Quinta da Conceição e os preços são praticamente similares.

Separada apenas pela Avenida Dr. António Macedo surge a Quinta de Santiago, distinguida como Património Cultural. Edificada em 1986, pelo arquiteto Nicola Bigaglia, a pedido da família Santiago de Carvalho, a prévia casa de Santiago reúne uma vasta diversidade de elementos (entre os quais, neo-medievais), um estilo arquitetónico revivalista e eclético, e um profundo simbolismo que fazem da mesma um espaço fascinante de estudo. Em 1986, com a aquisição, por parte da Câmara Municipal de Matosinhos, do edifício e jardins envolventes, e sob a direção do arqui-

teto Fernando Távora, o espaço foi adaptado para o atual Museu da Quinta de Santiago. Na Quinta contabilizam-se três edifícios: a Casa-Museu, composta por um primeiro piso térreo (onde ficava a cozinha e a carvoaria), um segundo que corresponde à entrada principal e é um espaço musealizado, que tenta recriar o ambiente original da casa (na qual se encontravam dois salões, a sala de jantar e o jardim de inverno, destinado aos encontros sociais e à receção dos visitantes), um terceiro voltado para as exposições de arte (antigos quartos), e, por fim, as águas furtadas (anterior área dos criados); o Espaço Irene Vilar, com auditório polivalente e espaço de serviços educativos; e a Casa do Bosque que alberga a doada Cascata Gigante, uma reconstrução representativa de Leça de inícios do século XX, com cerca de 15m2, da autoria de José Moreira. Durante este mês, e até 4 de setembro, pode presenciar a exposição de evocação do primeiro centenário da morte da





© Fatinha Pinheiro

artista “Aurélio de Souza. Do que vejo...”, com 21 obras da pintora, oriundas tanto de coleções particulares como de coleções públicas, que englobam as várias temáticas concebidas no decorrer da sua atividade. Alguns motivos extra para visitar o Museu da Quinta de Santiago são a sua vista privilegiada e impactante sobre o porto de Leixões e as visitas especiais que proporciona (visitas às escuras, visitas animadas, visitas teatralizadas, etc.).

Faça agora uma pausa para um almoço divinal, com duas recomendações nossas: a Casa de Chá da Boa Nova, com uma riqueza arquitetónica característica, do já aqui diversas vezes mencionado Pritzker Siza Vieira, e um projeto arrojado e original do chef Rui Paula; e o Terminal 4450, de uma qualidade, primor e bom ambiente incontestáveis. Siga agora para a EXPONOR – Feira Internacional do Porto, local emblemático de Leça da Palmeira, que reúne desde 1987, inúmeras feiras, eventos e congressos. Durante o presente mês decorre a 93.ª Exposição Canina Internacional do Norte (de 9 a 10 de julho) e a Mostra do Concelho de

Matosinhos (de 21 a 22 de julho).

Para terminar o seu dia com toda a alegria e festividade de verão, na zona do Forte de Nossa Senhora das Neves (classificada como Imóvel de Interesse Público e sede da Capitania do Porto de Leixões) encontrará uma ilustre festa distintiva de Leça da Palmeira, que recria uma fase dominada por gentes bravas e corsários que se debatiam em mar e terra, pela defesa dos seus escassos recursos: Os Piratas! De 8 a 10 de julho decorrem, permanentemente, numerosas atividades lúdicas, como espetáculos com aves, treino de armas, jogos de destreza, malabarismo e acrobacia, muita música, dança e canto! Não faltam aqui personagens que se vão cruzar consigo, desde almocreves e bufarinheiros até poetas e vendedores de sonhos e ilusões. A diversão e a boa comida estão garantidas aqui! O seu corpo merece agora descanso e momentos revigorantes, por isso aconselhamos o TRYP Porto Expo Hotel, com excelentes instalações e atendimento exemplar.



Fatinha Pinheiro
Geógrafa

COM LUPA: LÁ FORA

Ilha Maurícia

O Olimpo do Índico



Partimos à descoberta da República da Maurícia, esta nação insular em pleno oceano Índico situa-se cerca de 2000 km da costa sudeste do continente africano e 1200km da imponente ilha de Madagáscar. O país em si, inclui duas grandes ilhas, Maurícia e Rodrigues, integrando com a ilha Reunião o denominado Arquipélago de Mascarenhas. A nossa viagem tem como foco a ilha principal Maurícia, cuja capital é a cidade portuária de Port Louis, onde habitam cerca de 150 mil dos 1.2 milhões que compõe a totalidade da população.

De forma a conseguirmos compreender o desafio que enfrentamos, é necessário partir à descoberta da história desta nação. Antevejo desde já uma história riquíssima à partida, a mescla de nomes Ingleses, Portugueses e Franceses demonstra que terá sido um povo sujeito a diversas influências das demais nações, durante e após o período dos descobrimentos.

A história da ilha remonta ao século XV, no qual existem os primeiros registos/artefactos que retratam a presença de atividade humana na ilha. Foram encontrados artefactos que apontam para a presença de marinheiros Árabes, assim como povos de origem grega ou fenícia.

Decorria o ano de 1507, quando os primeiros navegadores Portugueses terão desembarcado na ilha completamente desabitada, nomeando a mesma como “ilha do Cirne”. Uma armada sobre o comando do navegador Português Diogo Fernandes Pereira, terá tentado povoar a ilha, todavia esta tentativa não terá resultado, o terreno hostil de difícil cultivo, assim como outros interesses no Índico viriam a resultar na desistência por parte dos portugueses.

Em 1598, uma armada Holandesa comandada pelo almirante Wybrand Van Warwyck aposta na ilha, e renomeia a ilha como “de Maurício”, em homenagem ao príncipe Maurício

de Nassau, governante do império Holandês. Inicialmente, os holandeses tentaram explorar a cana-de-açúcar, introduziram animais domésticos e veados e tentaram habitar proficientemente a ilha. Os rendimentos baixos para a coroa holandesa ditaram igualmente o fim da ocupação da ilha, digamos que os colonos não terão conseguido subsistir de forma autónoma, conduzindo ao abandono do arquipélago em 1710.

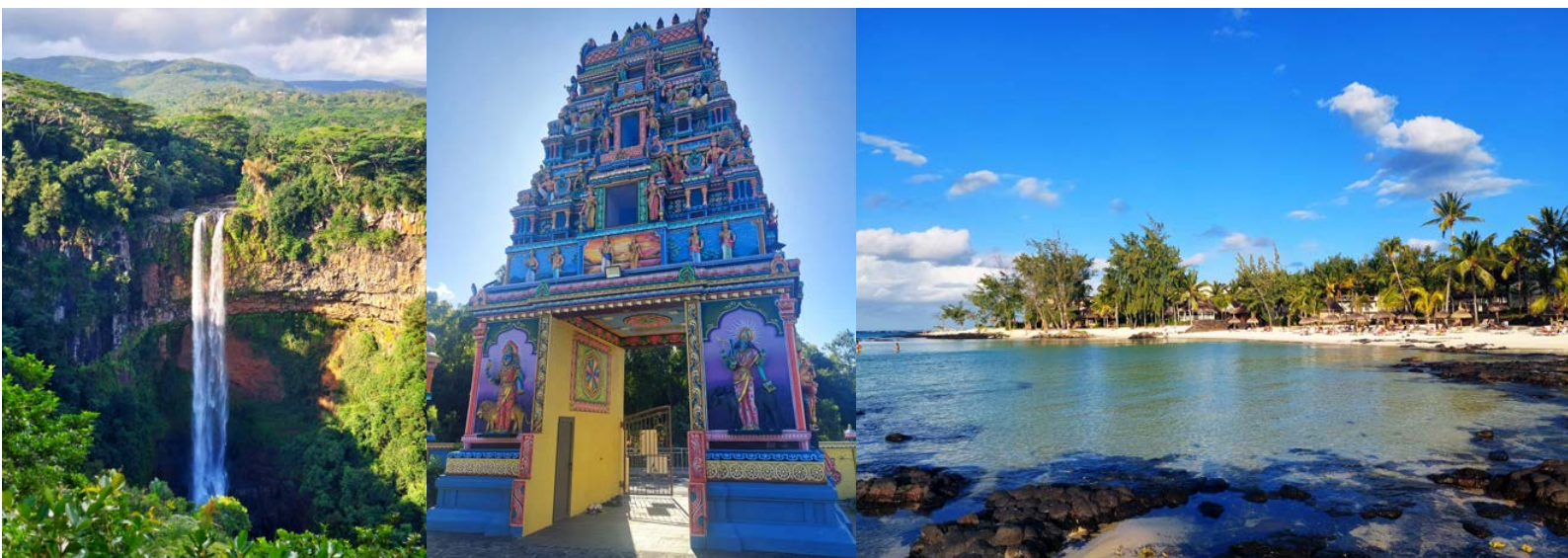
Em 1715, aproveitando a presença na vizinha Yian Bourbon (atual Ilha Reunião), os franceses assumiram o controlo da ilha. Sobre a influência francesa, a ilha conheceu tempos áureos na produção de açúcar, e que viriam a resultar na construção de inúmeros edifícios, entre os quais a sede do governo e administração da denominada Companhia Francesa das Índias Orientais. Durante o período conturbado das guerras napoleónicas, a capital Port Louis viria a servir como estaleiro naval de extrema importância, era a partir deste porto que partiam os corsários franceses, que pilhavam as embarcações inglesas. O império Britânico fustigado com os ataques, decidiu em 1810 aportar no norte da ilha, nomeadamente Cap Malhereux, não encontrando qualquer oposição Francesa, renomeando a ilha para “Mauritius”. O domínio inglês, inicialmente marcado pela permissão dos colonos em manter as terras e usar a língua francesa, viria resultar num período conflituoso entre escravos e proprietários das plantações. Em 1835, e com abolição da escravatura, resultou na extrema necessidade de contratar mão-de-obra para trabalhar nos campos de cana-de-açúcar, desta forma os principais proprietários contratavam trabalhadores na Índia que aportavam no Aapravasi Ghat- Património da Unesco, que servia como importante centro de receção de trabalhadores para as plantações. Seguiram-se períodos conturbados na Europa

que atravessava duas Guerras Mundiais, o destaque claro vai para o número elevado de habitantes da ilha que decidiram combater ao lado dos aliados. Em 1965, a Grã-Bretanha assumiu o interesse em devolver a independência às suas colónias, tendo sido efetuadas eleições que viriam a culminar na Independência das Maurícias, permanecendo a ligação à coroa britânica como nação integrante da Commonwealth.

A chegada às Maurícias é feita através do aeroporto internacional Sir Seewoosagur Ramgoolam, apesar de distante da capital visa servir essencialmente atividade económica mais importante da ilha o Turismo. A ilha Maurícia originada muito provavelmente através de vulcões submarinos, contempla um interior montanhoso densamente florestado, com o litoral de praias areia branca com rochas vulcânicas, um cenário autenticamente irrealista retirado do cinema. A formação vulcânica da ilha permitiu criar zonas de recife incríveis quase isoladas do mar, e nas quais a vida marinha prospera. As unidades hoteleiras apercebendo-se do potencial da ilha, clima e paisagens de tirar o fôlego, depressa se instalaram em redor oferecendo experiências inesquecíveis aos turistas.

Ile aux Cerf

A partida é feita através de barco de uma povoação piscatória denominada de “Trou d’Eau Douce”, como próprio nome este o local onde brota uma fonte de água doce importante da ilha. Este povoado piscatório goza de uma marina, repleta de barcos para visitar a famosa Ilha de Cerf. O início da visita está condicionado pelo efeito das marés, recordo que as embarcações tem de ter bastante cuidado visto que os corais/bancos de areia podem ficar a escassos centímetros da superfície. As viagens através de águas incrivelmente transparentes permitem mesmo no barco visualizar os peixes a circular alegremente pelos corais. Para os mais aventureiros a excursão



© João Costa



© João Costa

estende-se até famigerada “Blue Bay”, uma praia de areia branca repleta de corais, que convida os visitantes a realizar snorkeling. Findada a experiência de mergulho, a viagem prossegue até à ilha Agrete, caracterizada pela sua autenticidade e ausência de intervenção humana, a paragem é apenas efetuada na praia, onde o turista é convidado a descansar e relaxar aproveitando o sol das Maurícias.

Segue-se a visita à ilha Ile Aux Fouquets, uma ilha completamente inabitada no qual é possível visitar um farol em ruínas que servia para alertar as embarcações para a proximidade do recife. A ilha visita-se rapidamente, valendo essencialmente pelo enquadramento situada no limítrofe do recife com alto mar, o que permite ao turista contemplar a beleza natural do oceano Índico, que perde força à entrada da baía.

A estrela da viagem é sem sombra de dúvida a visita a Ile aux Cerf uma ilha com excelentes praias e repleta de atividades para os turistas. A areia branca o chilrear dos pássaros acompanhado de mergulhos é algo que nenhum viajante esquece. A viagem de regresso é feita com alguma nostalgia, mas Ile aux Cerf é um paraíso e será ótimo que os locais o possam preservar dessa forma.

Trou aux Cerf

A ilha em é atravessada por uma auto estrada que conecta o Este ao Oeste sendo passagem obrigatória pelo vulcão principal da ilha. Não se assustem este vulcão não representa

aparentemente qualquer risco, visto que de acordo com os especialistas o mesmo encontra-se extinto. A visita é curta visto que apenas podemos visitar a cratera principal do topo. É possível observar um cone bem formado repleto de árvores e vegetação no seu interior.

Fábrica Chá – Bois Chéri

A visita à fabrica do Chá de Bois Chéri transporta o visitante para o ano da sua fundação (1892). Estamos perante a mais antiga plantação de chá da ilha, ironicamente o chá terá sido introduzido na ilha pelos Franceses. A visita à plantação tem duração de 1h30, sendo que se inicia com uma explicação sobre corte/apanha das folhas, os diferentes tipos de chá e culmina numa prova de chás. A especialidade das Maurícias, é sem sobram de dúvida o Chá aromatizado com baunilha, recomendando vivamente, o local é único e a companhia de uma chávena de chá resulta numa simbiose perfeita.

Geopark – Chamarel

Uma das atrações principais da ilha é o Geopark do Chamarel, neste local os entusiastas da natureza, podem contemplar um parque natural com cerca de 8,5 hectares repleto de fauna e flora.

Localizado a sul da capital Port Louis, este parque destaca-se dos demais devido ao fenómeno geológico denominado como a terra em sete cores. Este fenómeno pouco explicável, consiste num conjunto de dunas multicoloridas, sendo que



© João Costa

a sua formação assenta em diversas teorias, desde composição mineralógica do lugar, separação de partículas que naturalmente se repelem, nomeadamente ferro e alumínio. A verdade é que este local é abençoado por um fenómeno ainda desconhecido.

O acesso ao parque é efetuado através de automóvel incluindo no seu interior, a primeira atração é a cascata de Chamarel, onde o rio se precipita em queda livre por mais de 100 metros. O local é digno de prender a respiração e aprazível, recomendo que visite calmamente e saboreie cada momento. À medida que nos embrenhamos mais para o interior do parque acedemos ao famoso cordão dunar colorido, aproveite o café central visto que o mesmo serve café originário da plantação existente no parque, desfrute da vista, e no fim visite as famosas tartarugas gigantes que funcionam como guardiãs do local.

A ilha das Maurícias está conotada como o último local onde foi observado um Dodô, sendo que esta ave extinta adorna a histórias da população mais velha e é usada na promoção de merchandising.

Trou aux Biches

A praia de Trou aux Biches é sem sombra de dúvida de uma beleza inigualável, aproveite a praia ao máximo realize uma das diversas excursões marítimas que partem deste

local. Recomendo efetivamente o mergulho com as Tartarugas, impossível de descrever, apenas poderei elucidar como experiência única. O preço é muito em conta, as tartarugas vivem no recife onde se alimentam de peixe e se encontram a salvo dos temíveis tubarões. É possível ao turista partilhar mergulho com estes fantásticos seres, claro está devemos cumprir regras de não procurar incomodar os animais, o truque é simples, aguardem as tartarugas como seres curiosos vão procurar as pessoas.

Findado o mergulho e nas imediações existe uma Praia mais remota designada por Moi Choisy, é o sítio ideal para uma refeição de marisco com preço muito em conta, sente-se na areia que a mesa vem ter consigo.

Termine o dia visitando a Igreja Cap Malheureux, numa vila piscatória, onde está erigida uma igreja que se distingue das demais pelo telhado vermelho, recordo que terá sido neste local que os ingleses terão desembarcado na ilha.

Maurícias é sem sombra de dúvida um local único, a sua mescla de culturas e costumes é impressionante. A inexistência de uma religião predominante, resulta numa harmonia interessante em cada vila existe um templo, uma igreja ou uma mesquita.

Visitem as Maurícias, o Olimpo do Índico!



João Costa

Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia



| FALAR PORTUGUÊS

Porque vemos tantos erros nas legendas? II Parte

Factores de percepção da qualidade

Os tradutores não são responsáveis pelos títulos

Muitas vezes, as queixas relacionadas com a legendagem concentram-se na absurdidade da tradução de certos títulos. Não entrando na discussão da qualidade desses títulos, a verdade é que estes são escolhidos pelas produtoras e aprovados a nível governamental. O tradutor já recebe os títulos traduzidos. É isto importante ao analisar a percepção da qualidade da legendagem? Sim: muitos espectadores já estão de

pé atrás no que toca à tradução porque não gostam do título. Assim, são muito mais severos na avaliação das legendas do que seriam de outra forma.

Desconhecemos os constrangimentos da tradução

Sim, tudo o que está acima, a começar pelo espaço e pelo tempo, é ignorado por quem avalia as legendagens — ou seja, todos nós. Não devia ser desculpa para erros graves, mas de-

via fazer parte da forma como analisamos a qualidade global das legendagens. Sim, cada tradutor deve ser exigente com o seu próprio trabalho — e todos nós devemos ser exigentes com a qualidade das nossas análises, que não devem ser feitas no vazio. Devemos ainda ter noção dos nossos próprios enviesamentos quando olhamos para o trabalho dos outros. Assim de repente, lembro-me dos seguintes...

O original está muito visível

Diz-se por vezes que as melhores traduções são as traduções que parecem textos originais. Talvez sim, talvez não. Mas uma coisa é certa: no caso das legendas, é impossível o espectador não reparar que está perante uma tradução.

No caso da tradução literária e da tradução empresarial, o original está escondido. Ou seja, o leitor pode ter acesso ao mesmo, mas só vai cotejar original e tradução se tiver algum interesse especial na tradução. Na realidade, é bem provável que mesmo os críticos literários que avaliam as traduções se esqueçam de consultar o original.

No caso da legendagem, o original não só está acessível como nos grita aos ouvidos. Nós, excelentes falantes da língua original, conseguimos descortinar de imediato todos os erros que o pobre tradutor não teve tempo nem saber para detectar, não é assim? Fariamos sempre um trabalho tão, mas tão melhor... Felizmente, somos muito exigentes com o trabalho de tradução. Dos outros.

Da mesma forma, os erros são também visíveis — e lidos por milhares e milhares de pessoas, o que não se pode dizer da grande maioria das traduções.

Temos pouca confiança nos tradutores

Por algum motivo, todos desconfiamos das traduções. Acharmos sempre que fariamos um melhor trabalho. O tradutor pode ter investigado a fundo um determinado texto; não importa: nós sabemos sempre fazer bem melhor.

Por vezes, será verdade. Mas há aqui também uma certa psicologia de condutor: é sabido que 90% dos condutores se julga um condutor acima da média. Por isso, muitos só po-





dem estar errados. Da mesma forma, todos — tradutores e não tradutores — nos julgamos tradutores acima da média (mesmo quem nunca traduziu!). Tenhamos em conta isto da próxima vez que sentirmos a tentação de desprezar uma tradução.

Somos vítimas de certos “mitos linguísticos”

Pior do que uma má tradução, é uma crítica mal fundamentada. Por exemplo, muitas pessoas estão convencidas que a frase “Porque disseste tal coisa?” está errada e o “porque” devia ser “por que”. Na realidade, as convenções ortográficas impõem o “por que” em frases como “Por que razão foste lá?” e o “porque” em frases como “Porque foste lá?”. O Ciberdúvidas explica esta confusão, que de qualquer forma não nos devia tomar muito tempo não fosse dar-se o caso de haver pessoas que apontam o dedo a legendas sem perceber que o erro está no dedo que aponta e não na legenda que é apontada. Este é um mero exemplo. Haverá por aí muitos outros “erros falsos”.

Estamos sujeitos ao “erro da confirmação”

Este é o erro de pensamento mais comum, responsável por imensos preconceitos, ideias erradas e tudo o mais. Como os psicólogos provaram há décadas, somos todos muito bons

a chegar a conclusões antes de termos dados suficientes e a procurar tudo o que confirma essas pré-conclusões, ignorando inconscientemente tudo o que contradiga aquilo que pensamos. Se alguém está convencido que as legendas são muito más, irá encontrar imensos erros e irá ignorar olímpicamente todos os episódios e filmes em que não encontra erros graves (ou então inventa erros onde eles não estão). Não serve como desculpa para os maus tradutores (que aplicam um erro de confirmação contrário aos seus trabalhos, ignorando olímpicamente os erros), mas serve como incentivo a pensarmos melhor e a analisarmos esta questão com um pouco mais de objectividade.

Temos expectativas irrealistas

Muitos de nós, ao olhar para o trabalho dos outros, funcionamos em modo “8 ou 80”: está tudo bem até aparecer o primeiro erro, em que passa a estar tudo péssimo. Se o nosso critério for sempre a ausência absoluta de erros, estamos a pedir aos tradutores uma tarefa sobre-humana. A linguagem, principalmente quando estamos a falar de duas línguas, está muito longe da engenharia ou da ciência: é uma actividade complexíssima, demasiado humana, cheia de ratoeiras, sem critérios em que possamos todos concordar, em que todos temos tendências inatas para a desconfiança e para a crítica,

para a exposição dos nossos egos e desprezos disfarçados de crítica objectiva, um mundo de ideias falsas ou verdadeiras por metade — e por tudo isto o erro nunca desaparecerá. O que podemos fazer é melhorar, pacientemente, todos os dias. Estou em crer que a maior parte dos tradutores audiovisuais fazem isto, sem reconhecimento.

“Quer dizer que devíamos perdoar os tradutores e ignorar os erros?”

Não se trata de perdoar, mas sim de analisar com todos os dados em cima da mesa. Parece haver uma crença generalizada na má qualidade das legendas, em contraste, talvez, com traduções doutras áreas. Ora, se não considerarmos tudo o que escrevi acima (e tudo o resto de que me esqueci), não podemos ter uma visão realista da questão e arriscamo-nos a impor emendas que são piores do que o famoso soneto.

As legendas são, provavelmente, o tipo de texto mais lido pelos portugueses. Estamos expostos à tradução de filmes e séries todos os dias. Assim, é normal que nos preocupemos com a qualidade destas traduções. Mas atacar de forma cega os tradutores sempre que vemos aquilo que achamos ser um erro é a melhor forma de deixar tudo como está. Mais vale perceber onde estão os problemas, onde estão as fragilidades do processo de tradução e legendagem e tentar resolver esses problemas sem estar constantemente a usar os erros de legendagem como forma muito divertida de apontar o dedo a todos os profissionais desta área.

Podemos, por exemplo, ser mais exigentes com os distribuidores, com as estações de televisão, exigindo melhores condições para os tradutores. Não será fácil. Podemos ainda

pensar em formas inteligentes de corrigir alguns problemas acima descritos. Por exemplo, a revisão pode ser introduzida no processo se dividirmos sempre entre duas pessoas o processo de tradução e o processo de legendagem. Tal divisão terá várias desvantagens: quem trabalha no ramo sabe que cada tradutor tem “manias” que poderão confundir o legendador e, por isso, é mais fácil ser ele próprio a inserir as legendas. Terá, no entanto, esta vantagem que não é de deitar fora: haverá sempre duas pessoas a olhar para as legendas. Fica a ideia.

Em conclusão. Sim, há maus profissionais na legendagem, como os há em todas as profissões. Mas também há excelentes profissionais, que trabalham horas a fio para nos permitir ver filmes e séries na nossa língua, contribuindo para a literacia dos portugueses — e contribuindo também, de forma indirecta, para o conhecimento de línguas estrangeiras. Estão sujeitos à espada de Dâmocles dum qualquer erro grave, que conspurque para todo o sempre a sua reputação, ao contrário dos erros graves de outros tradutores e profissionais, que ficam escondidos nas discussões entre tradutor e cliente.

Assim, para terminar, gostava de deixar o meu muito obrigado aos tradutores audiovisuais. Merecem a nossa gratidão — muito mais do que se diz por aí.

Um agradecimento à Luísa Ferreira, uma excelente tradutora-legendadora, que, em conversa informal comigo e com os meus alunos de Prática da Tradução, me deu algumas boas ideias para este texto. As más ideias do texto são, claro, da minha inteira responsabilidade.



Marco Neves

Universidade Nova de Lisboa

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.



Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

DIREITO FISCAL

Representação fiscal dos não residentes em Portugal

Esclarecimentos recentes

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

A Administração tributária portuguesa clarificou o seu entendimento relativamente à representação fiscal, em Portugal, através do seu Ofício Circulado nº 90054, de 6 de junho de 2022: os contribuintes residentes fora da União Europeia (UE) deixam de estar obrigados a nomear um representante fiscal, caso não tenham de pagar em Portugal qualquer imposto, mantendo-se, ainda assim, esta obrigação se forem proprietários de bens (e.g. carro ou casa) em Portugal. Esta figura jurídica do representante fiscal é instrumental e pressupõe uma dificuldade do representado para o cumprimento das suas obrigações tributárias e exercício dos seus direitos, em resultado da sua residência fora de Portugal, sendo obrigatória a nomeação de representante fiscal se, após a atribuição de NIF como não residente e enquanto residente em país terceiro (país não pertencente à UE ou ao Espaço Económico Europeu (EEE)), vier a ser sujeito de uma relação ju-

rídica tributária em Portugal.

É relevante salientar que existe uma relação jurídico-tributária quando o não residente seja proprietário de um veículo ou de um imóvel situado em território português, quando celebre um contrato de trabalho em território português, ou quando exerça uma atividade por conta própria em território português.

Nestes casos, deverá ser nomeado como representante fiscal uma pessoa, singular ou coletiva, com residência em território nacional. Se o cidadão, não residente, exercer uma atividade por conta própria sujeita a IVA, o representante fiscal terá também de ser sujeito passivo de IVA, mas nos demais casos, a atribuição de NIF não depende da nomeação de um representante fiscal, a qual é facultativa. A Administração tributária vem, deste modo, simplificar o procedimento de atribuição de NIF dos não residentes fiscais em Portugal, a indivíduos com residência em país terceiro que cumpram os referi-

dos requisitos de forma cumulativa, assemelhando e aproximando este procedimento às situações de atribuição de NIF a contribuintes com residência em Estado-Membro da UE ou do EEE.

Conclui-se, então, que, caso o indivíduo não residente não reúna nenhuma das condições supra expostas, não haverá necessidade de proceder à nomeação de representante fiscal em Portugal, ficando, assim, desobrigado de tomar esta diligência, exceto se, no futuro, o contribuinte vier a ser sujeito de uma relação jurídica tributária.

A falta de designação de representante fiscal, quando obrigatória, bem como a designação que omita a aceitação expressa pelo representante, é punível com coima (fixada entre € 75 a € 7.500), ficando o contribuinte não residente impossibilitado do exercício de direitos junto da Administração tributária, incluindo os de reclamação, recurso ou impugnação.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

| FISCAL Viagem

Um piloto deparou-se com uma ideia única e inexplorada pelas companhias de aviação que conhecia, que poderia dar origem a uma oportunidade de negócio fantástica e adequada a uma pequena companhia.

Este piloto demitiu-se, reuniu o capital social necessário e tornou-se num empreendedor com uma ideia brilhante, criando a sua pequena companhia de aviação, com apenas um avião. Os anos de experiência neste setor tinham-lhe dado a oportunidade para conhecer muitos bons profissionais nesta área e começou a convidá-los para esta aventura. Deste modo, reuniu uma equipa profissional nutrindo por cada membro da equipa, um forte elo de confiança.

A empresa estava prestes a iniciar a sua primeira viagem, tinha um avião, uma tripulação e uma equipa no solo.

Escolheu para diretor financeiro um grande amigo, piloto como ele com larga experiência, para comandante do avião, um mecânico da área de manutenção de uma grande companhia e os copilotos eram dois comissários de bordo da sua confiança.

A cabine de bordo era constituída também, por elementos da sua confiança e muito competentes, vindos de um departamento comercial de uma com-

panhia de sucesso, e que tinham larga experiência no contacto com o público. Estavam prontos para descolar, para iniciar uma bela aventura...

Felizmente, que a atividade de aviação é extremamente regulamentada, e só seria possível descolar nestas condições, no entanto, se o negócio fosse outro e o comportamento do empreendedor fosse o mesmo, provavelmente esta empresa acabaria por não ter sucesso.

Nada levaria a crer neste fim, pois o empreendedor tinha uma ideia brilhante, uma equipa muito competente e de confiança, experiência neste ramo de atividade e o mercado para este tipo de negócio era promissor. Pareciam reunidas todas as condições para um empreendimento de sucesso. Infelizmente, muitas empresas falham porque as pessoas são colocadas em funções inadequadas, ou seja, embora muito competentes noutras áreas não o são para desempenhar a função para a qual foram convidadas.

Uma das principais falhas na criação de uma empresa é o critério inadequado para a seleção das pessoas, que acaba por ser o elemento mais complexo de uma empresa, pois os meios materiais são os que menos surpresas dão ao empreendedor na sua nova aventura.

A decisão do empreendedor na escolha dos elementos da sua equipa, fica muitas vezes comprometida pela relação de amizade e confiança que existem entre eles. Estas variáveis não são más em si, mas é necessário antes de tudo, verificar se a pessoa reúne as competências necessárias para o desempenho da sua função.

A falta de experiência do empreendedor em ser gestor de um negócio, pode ditar a ruína do negócio, pois ser gestor requer também, competências muito específicas que nem todos os empreendedores possuem, e por outro lado nem todos os gestores são empreendedores. Outro aspeto a ter em conta ao longo da vida de uma empresa, é se esta consegue reter os membros da sua equipa mais competentes e de mais mérito, e se a gestão consegue que as pessoas com mérito estejam nas funções, que mais vantagens proporcionam à empresa.

Basta a decisão errada de ter as pessoas nas funções erradas, para que o primeiro voo que parecia tão promissor para o empreendedor acabe em tragédia para todos.

Também neste tema, o empresário não deve hesitar em recorrer a um contabilista certificado pedindo conselhos e orientações.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.

info@amostradeletras.pt

OFEREÇA UM MELHOR FUTURO À SUA FAMÍLIA EM PORTUGAL



+351 217 960 436



GERAL@EIMIGRANTE.PT



@EIMIGRANTE

AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO